

Um ano de mudanças

Mais do que cumprir determinações dos órgãos que regulamentam a atuação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), apresentar os resultados atingidos pelo Economus é nosso compromisso de ética e transparência para com os participantes.

Este Relatório Anual traz a síntese das atividades desenvolvidas em 2009. A íntegra está no site www.economus.com.br, link Economus, item Documentos Institucionais. Interessados na versão completa, impressa, podem solicitar pelo e-mail comunique@economus.com.br. Acompanha esta publicação o Jornal das Eleições, com a proposta dos candidatos aos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

2009 foi o ano da incorporação do Banco Nossa Caixa (BNC) ao Banco do Brasil (BB), transição realizada com base em sérios padrões de governança corporativa, em que todos os projetos e ações foram conduzidos com a participação de equipes técnicas de ambos os bancos, visando a garantia dos planos oferecidos pelo Economus durante mais de 30 anos.

Apesar de um cenário econômico mundial incerto, iniciamos 2010 ocupando a 24ª posição no ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Abrapp, com patrimônio de R\$ 3,5 bilhões, com evolução de 11,30% em relação a 2008. A rentabilidade consolidada foi de 14,08%, percentual acima da meta atuarial de 10,36% para o ano. Com mais de 16.500 participantes, o Economus garantiu um repasse de quase R\$ 200 milhões no pagamento de benefícios para 5.500 assistidos.

Em 2009, os participantes tiveram oportunidade de aplicar o MFI (Montante Financeiro Individual, que é a reserva constituída com as contribuições individuais e do Patrocinador), em diferentes perfis de investimento, de

acordo com o percentual destinado a renda fixa ou renda variável.

Para aprimorar a comunicação, o Economus lançou um novo site, com destaque aos serviços mais procurados, facilitando as consultas. Áudios e Vídeos específicos sobre previdência e finanças foram disponibilizados, além de um espaço específico para Educação Previdenciária, com o objetivo de conscientizar os participantes sobre a importância de planejar no presente o futuro que sonhamos. Pensando nisso, também foi criado um jornal eletrônico específico, enviado para 15 mil e-mails cadastrados no nosso banco de dados.

No início de março de 2010, uma nova Diretoria assumiu o Economus, oriunda do BB, retornando o então Superintendente, Paulo Julião, para a Diretoria Financeira. Os novos diretores, Carlos Célio de Andrade Santos (Superintendência) Carlos Frederico Tadeu Gomes (Seguridade) e Octavio Mauro Muniz Freire Alves (Administrativo) têm o compromisso de garantir ao Economus o cumprimento da Missão de "Oferecer Previdência e Assistência com Qualidade".

Agradecemos à Diretoria que esteve à frente do Economus em 2009 -- Mario Sergio Correia Jalongo, José Augusto Brienza Coli e José Luiz Florio Buzo --; aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, às Diretorias e funcionários do BNC e do BB e aos colaboradores do próprio Economus, que se dedicaram com competência técnica neste período.

Agradecemos aos participantes dos planos de Previdência Complementar e Saúde por mais um ano de apoio às iniciativas do Economus.

Diretoria Executiva

Diretoria Executiva: **Diretor Superintendente:** Carlos Célio de Andrade Santos – **Diretor Financeiro:** Paulo Leite Julião – **Diretor Administrativo:** Octávio Mauro Muniz Freire Alves – **Diretor de Seguridade:** Carlos Frederico Tadeu Gomes

Conselho Deliberativo: **Presidente:** Sergio Lunes Brito – **Membros Efetivos:** Itamar de Souza Menezes (eleito), Antonio Amos Mastrangi (reeleito), Dejáir Besson, Carlos Alberto Costa Fraga, José Caetano de Andrade Minchillo.

Suplentes: Lucia Helena Cruz Moya Cuevas; Pedro Amauri Rinaldi (eleito), Antonio Sabóia de Barros Junior (eleito), Raquel Kacelnikas, Antonio Sérgio Riede, Sergio Antonio Fossalussa.

Conselho Fiscal: **Presidente:** Adriana Pizarro Camelós Vicente – **Membros Efetivos:** José Roberto Mendes do Amaral, Edson Soares de Siqueira, Francisco Vianna de Oliveira Junior (eleito).

Suplentes: Luiz Marcelo Lipi, Marcelo Gonçalves Farinha, Amaury Marcelino, Gilberto Antunes Barros (eleito).

Publicação do Economus Instituto de Seguridade Social – Rua Quirino de Andrade, 185 – Centro – CEP 01049-902

Central de Atendimento: (11) 3464.7700 – **Central Previdenciária:** (11) 3464.7777

E-mail: atendimento@economus.com.br – **Site:** www.economus.com.br

Jornalista Responsável: Rosana Rossi Romero MTb 11.853 – **Diagramação e Arte:** Simone Pani



2009: Principais ações

Embora 2009 tenha sido um ano que gerou incertezas nos investidores, em razão dos reflexos da crise financeira mundial, o Economus chega em 2010 com saúde patrimonial, superando os principais indicadores do mercado.

Em razão da complexidade do cenário, o Instituto manteve a linha conservadora, concentrando aplicações em títulos de renda fixa (títulos públicos federais), menos vulneráveis do que o mercado de ações. Nessas aplicações, que representam cerca de 79% dos investimentos, a rentabilidade foi de 9,42%, um pouco inferior à Taxa Mínima Atuarial (TMA) e à Taxa Selic (9,95%), em função de grande parte dos títulos serem vinculados ao IGP-M. A carteira, no entanto, apresenta condições de reverter o quadro, já que desde 2003 vem superando largamente a evolução acumulada da TMA, e se mostrando eficiente em prazos maiores.

Na renda variável, que representa 14,10% das aplicações do Economus, o desempenho foi bastante favorável, de 64,52%, superando a TMA. O resultado na carteira de empréstimos (12,52%) e de Imóveis (12,63%) também superaram a meta atuarial e a Selic.

Alguns fatos merecem destaque no ano:

- Em parceria com o BNC, o Economus realizou a 11ª Campanha de Vacinação contra a gripe, em que foram vacinados cerca de 7.500 funcionários.
- Em abril, a revista Exame publicou reportagem sobre os efeitos da crise econômica na rentabilidade dos fundos de pensão. O Economus estava entre os que tiveram melhor desempenho, em 4º lugar.
- No mês de julho, o Top Atuarial da Revista Investidor Institucional colocou o Economus como o 5º maior fundo de pensão no que se refere a rentabilidade em renda fixa (17,23%).
- Em 2009, pela primeira vez os participantes do PrevMais puderam aplicar o Montante Financeiro Individual (MFI) em diferentes perfis de investimento:

conservador, moderado, agressivo e super agressivo, de acordo com a conveniência de cada um. Essa possibilidade passou a vigorar a cada quatro meses, ou seja, três vezes ao ano, sendo que o pedido deve ser formalizado em janeiro, maio e setembro.

- Para avançar ainda mais na gestão e no controle de todos os tipos de riscos, foi contratada a empresa RiskOffice, que atua em conjunto com a área de Controles Internos e Riscos do Economus.
- Foi um ano em que estivemos presentes no desenvolvimento dos Fundos de Pensão, por meio de trabalhos realizados na Comissões Técnicas da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e que ganhamos ainda mais respeito no mercado financeiro, na imprensa especializada e principalmente junto aos participantes.



Paulo Leite Julião, 57 anos, foi Diretor Financeiro do Economus por 11 anos e Superintendente no período de outubro de 2008 a março de 2010.

questões, a "integração" as e requer cuidados em envolvidos. Exige respeito, decisões. É necessário a do participante ou do necessidades de cada um feita, todos devem ganhar. Essa por análises profundas em tomadas as medidas

dos assistidos, dos patrocinadores. Toda decisão terá, obrigatoriamente, fundamentação técnica e jurídica, dentro de um processo de gestão compartilhada. O futuro é um processo de construção coletiva.

Meu recado aos participantes é que temos a real dimensão de nossa responsabilidade, conhecimento da importância de se ter planos de previdência e saúde equilibrados, e que não faltará dedicação e trabalho para manter esses benefícios saudáveis e viáveis. Acompanhem, cobrem, participem, acreditem.



Carlos Célio de Andrade Santos, 43 anos, trabalha no Banco do Brasil desde os 15 anos e até o início deste ano ocupava o cargo de Gerente de Projetos - Unidade Aquisições e Incorporações de Bancos.

entendimento, em março a que fica na recepção do nus: "Oferecer Previdência n Qualidade". Justamente um time eminentemente peitar a missão, garantir ação de aposentadoria alidade. Temos isso como o é atitude, é prática. mil pessoas e previdência ntes é um compromisso.

Qualidade nos serviços é nossa meta!

rativa uma de nossas ndimento num espaço

o Economus tem hoje sete planos diferentes, com características próprias quanto a dependentes, custo,

evitando o excesso de centralização.

Neste ano de eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, contratamos a Módulo Security Solutions S.A. para auditar o processo eleitoral e garantir mais segurança e tranquilidade aos participantes e ao próprio Economus. A empresa analisou o sistema de votação eletrônico elaborado pela iBuscas - Gestor de Aplicações e Conteúdo Digital, e acompanhará cada etapa até a divulgação dos eleitos.

Há um caminho longo a percorrer aqui no Economus. E nesse contexto nossa meta será sempre aperfeiçoar a qualidade dos serviços, para gerar cada vez mais tranquilidade e satisfação aos participantes.

Octávio Mauro Muniz Freire Alves, 49 anos, iniciou a carreira no BB em 1981, foi gerente da Previ, fundo de pensão do Banco, onde implementou a Controladoria. Até recentemente era Diretor de Planejamento e Controle da CobraTecnologia.

Diretoria comprometida com o Fundo de

Nesse período em que assumi a Diretoria de Seguridade do Economus, pude constatar que as premissas atuariais dos planos de benefícios estão de acordo com a massa de participantes, com a expectativa de vida e demais características próprias desse grupo, o que equivale a dizer que as reservas constituídas são adequadas ao perfil dos funcionários que contribuem para a previdência complementar.

O PrevMais, constituído em 2006 após o Saldamento do Plano de Benefício Definido (BD), ainda está em fase de maturação, isto é, tem mais participantes em atividade do que aposentados, mas é superavitário e tem apresentado bom desempenho no mercado financeiro. O Economus segue rigorosamente a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e não há nada que deixe os planos em risco. Além disso, as premissas que regem os planos são conservadoras e o equilíbrio atuarial é rigorosamente monitorado, inclusive por força legal.

Não há nada de concreto sobre eventuais mudanças relacionadas a esses planos. Qualquer ação nesse sentido depende de estudos e nada pode ser feito sem o aval dos membros dos Conselhos Deliberativo e



Educação: o mais importante é formar, não apenas informar...

Ser previdente é uma virtude. Aquele que planeja e prevê geralmente é cauteloso, justamente porque percebe antecipadamente o que deve ser feito para evitar problemas futuros. A importância de investir na formação de uma reserva para o futuro ainda não faz parte da nossa cultura nem da situação econômica da maioria da população. Muitos nem conseguem contribuir para a Previdência Social, que tem um conjunto de normas de proteção e defesa do trabalhador, prevendo amparo nas doenças, aposentadoria, velhice e morte. No entanto, o objetivo de toda sociedade é a prosperidade coletiva.

Criado em 2008, o Programa de Educação Previdenciária da extinta Secretaria da Previdência Complementar (SPC), hoje Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), tem a finalidade de conscientizar a sociedade sobre a importância de planejar o futuro e equilibrar as finanças pessoais.

Uma das ferramentas mais eficazes para isso são os planos oferecidos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Participantes dos quase 400 Fundos de Pensão brasileiros têm a vantagem de contar com uma poupança em dobro. No caso do Economus, além da contribuição mensal individual, que varia de 2% a 8% do salário, o patrocinador também contribui com o mesmo percentual. Os valores são aplicados nas melhores opções disponíveis no mercado financeiro, propiciando uma reserva para a aposentadoria não encontrada em nenhum outro tipo de investimento.

O problema é que, economizar, representa muitas vezes reduzir o nível de prazer de famílias ansiosas por comprar tudo o que o salário permite. Neste sentido, o Economus tem se empenhado em mostrar que poupar é essencial para quem quer ter um futuro mais tranquilo, com mais qualidade de vida. Esse trabalho foi feito por meio de:

- Boletim de Educação Previdenciária, jornal eletrônico exclusivo sobre o tema;
- Área exclusiva no site www.economus.com.br para auxiliar no orçamento doméstico, com planilha elaborada pelo Departamento Financeiro, áudios e vídeos específicos.



O Economus está sempre descobrindo novas formas de motivar você e sua família a conquistarem mais prosperidade, saúde e felicidade. Nossa meta é formar, desenvolver, construir um futuro tranquilo.



Relatório Anual 2009
Gestão dos Investimentos



Instituto de Seguridade Social

Srs. Participantes, Assistidos e Auto-patrocinados,

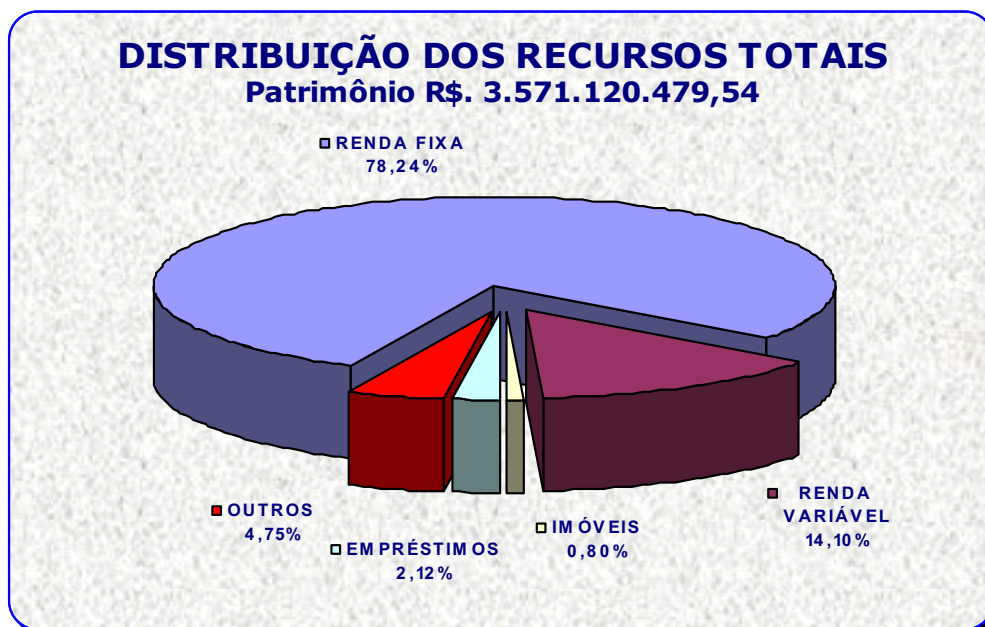
O Relatório Anual de Gestão de Recursos dos Planos de Benefícios tem por objetivo divulgar informações sobre os investimentos, visando atender às disposições contidas na Resolução nº 23, de 06/12/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que discorre sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Essas informações contêm as políticas de investimentos do Economus, nas quais são traçados objetivos e critérios adotados para cada plano de benefícios, assim como provê descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos, instrumento amplamente utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para aferição das medidas adotadas pelas EFPCs e os desdobramentos na evolução e composição dos patrimônios.

Como forma de subsidiar a interpretação das informações, realizamos uma abordagem sobre o desempenho obtido em cada plano de benefícios, a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na Política de Investimentos, bem como a evolução e o enquadramento dos recursos. O relatório contempla, ainda, os custos incorridos com a administração de recursos e a DNP – Divergência Não Planejada, instrumento de medida de risco.

Salientamos que na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacionais, para valorização da transparência e otimização do desempenho. São observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

1. Distribuição dos Investimentos em dezembro/2009



Em 2009, a posição patrimonial consolidada apresentou evolução nominal de 11,30%, quando comparada com o patrimônio do exercício anterior, que registrava o montante de R\$ 3.208.577.991,44.

2. Sumário Executivo das Políticas de Investimentos

A premissa central do Resumo das Políticas de Investimentos é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Assistencial e Administrativo, com vistas a promover o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e respectivos passivos, e com as demais obrigações.

Os planos a seguir estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA) e FEAS, todos registrados na Previc com os respectivos *benchmarks*, que são indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos.

Código	Planos de Benefícios / Programas	Patrimônio em R\$	TMA / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	2.760.101.554,55	INPC + 6% AA
CNPB 2006003429	Contribuição Variável - Prevmais - Perfil Conservador	191.880.196,33	100% do CDI
	Contribuição Variável - Prevmais - Perfil Moderado	5.118.142,10	85% do CDI + 15% do Ibovespa
	Contribuição Variável - Prevmais - Perfil Agressivo	9.006.831,16	70% do CDI + 30% do Ibovespa
	Contribuição Variável - Prevmais - Perfil Super Agressivo	5.923.760,75	55% do CDI + 45% do Ibovespa
	Contribuição Variável - Prevmais - Risco	112.621.736,57	100% do CDI
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	21.091.129,83	INPC + 6% AA
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	15.805.197,47	INPC + 6% AA
FEAS 9970000000	Programa Assistencial - FEAS	417.299.828,01	100% do CDI
PGA 4003120019	Programas Administrativos	32.272.102,77	100% do CDI
Total em 31/12/2009		3.571.120.479,54	

OBS.: CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios
 PGA - Plano de Gestão Administrativa
 TMA - Taxa Mínima Atuarial

3. Vigência das Políticas de Investimentos

Nesses documentos, o Economus detalha os principais pontos da estratégia que irão vigorar no período de 2010 até 2014 e poderão ser submetidos a revisões anuais ou periódicas, quando necessário, com o intuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos, em razão da conjuntura econômica, modificações promovidas no passivo ou alterações legais.

4. Objetivos da Gestão

A definição dos objetivos da gestão para os planos tem estratégia de ação de longo prazo, baseada na elaboração de critérios objetivos para avaliação, acompanhamento e gerenciamento dos recursos, dos gestores contratados e das medidas empregadas no processo de investimentos (aplicações) e de desinvestimentos (resgates).

Nesse contexto, a técnica adotada para definir os objetivos da gestão do plano deve estar alinhada com as seguintes premissas:

- I – Proporcionar a manutenção do equilíbrio passivo do plano, por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídas na política de investimentos;
- II – Buscar instrumentos financeiros que contribuam para alcançar a expectativa de rentabilidade traçada para cada perfil de investimento vinculado ao plano;
- III – Atingir, dentro de princípios que valorizem prudência e segurança, a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado;
- IV – Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e proporcionem a perenidade dos planos de benefícios, administrativo e assistencial;
- V – Construir hipóteses de cenários macroeconômicos alinhados com as perspectivas vigentes no mercado;

VI – Gerenciar as carteiras de investimentos de forma que minimizem a probabilidade de ocorrência de falta de liquidez para atendimento dos compromissos de curto e médio prazos;

VII – Adotar procedimentos que se mostrem eficientes no tocante ao controle de risco de mercado, de crédito, sistêmico e de precificação de ativos.

5. Critérios de Macro/Micro Alocação e as Margens de Alocação dos Recursos

Destacamos que a macroalocação “Objetivo”, definida para os ativos, corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, empréstimos e imóveis), e a microalocação está vinculada às aplicações dentro dos segmentos denominados “Carteiras”, que possuem a função de otimizar a combinação de títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação. As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e superiores às carteiras, oferecendo flexibilidade à administração, no sentido de aproveitar oportunidades ou alterar posições, conforme as condições oferecidas pelo mercado.

Nas tabelas abaixo, apresentamos a distribuição percentual dos recursos dos planos traçados para o exercício de 2010.

I. Regulamento Geral – Plano C

PLANO C				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	72%	Baixo Risco de Crédito	72%	55%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	22%	Ações em Mercado	22%	0%	25%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Estruturados	3%	Participações	1%	1%	3%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	1%	
		Imobiliários	0%	0%	2%	
		Multimercados	2%	0%	5%	
Exterior	0%	Títulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	1%	Aluguéis e Renda	1%	1%	3%	8%
Empréstimos	3%	Empréstimos	3%	1%	4%	15%

II. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Conservador

PREVMAIS PERFIL CONSERVADOR				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	97%	Baixo Risco de Crédito	97%	90%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Empréstimos	3%	Empréstimos	3%	0%	5%	15%

III. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Moderado

PREVMAIS PERFIL MODERADO				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	85%	Baixo Risco de Crédito	85%	78%	88%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	15%	Ações em Mercado	15%	13%	18%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

IV. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Agressivo

PREVMAIS PERFIL AGRESSIVO				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	70%	Baixo Risco de Crédito	70%	63%	73%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	30%	Ações em Mercado	30%	28%	33%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

V. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Super Agressivo

PREVMAIS PERFIL SUPER AGRESSIVO				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	55%	Baixo Risco de Crédito	55%	48%	58%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	45%	Ações em Mercado	45%	43%	48%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

VI. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

PLANO B				MARGENS DE ALOCAÇÃO		
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	70%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado	0%	0%	25%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

VII. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

PLANO A		MARGENS DE ALOCAÇÃO				
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	70%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado	0%	0%	25%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	

VIII. FEAS – Fundo Economus de Assistência Social

FEAS		MARGENS DE ALOCAÇÃO				
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	87%	Baixo Risco de Crédito	87%	81%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	6%	Ações em Mercado	6%	0%	8%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Estruturados	6%	Participações	0%	0%	2%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	0%	
		Imobiliários	0%	0%	2%	
		Multimercados	6%	0%	3%	
Exterior	0%	Titulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	0%	Aluguéis e Renda	0%	0%	0%	8%
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	0%	15%

IX. Programas Administrativos

PREVIDENCIAL / ASSISTENCIAL		MARGENS DE ALOCAÇÃO				
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	80%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações Derivativos	0%	0%	100%	
Renda Variável	0%	Ações em Mercado	0%	0%	10%	70%
		Operações Derivativos	0%	0%	0%	
Estruturados	0%	Participações	0%	0%	0%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	0%	
		Imobiliários	0%	0%	0%	
		Multimercados	0%	0%	5%	
Exterior	0%	Titulos do Exterior	0%	0%	0%	10%
Imóveis	0%	Aluguéis e Renda	0%	0%	0%	8%
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	0%	15%

6. Critérios de Contratação de Gestores de Recursos

O Economus adota, dentre outros critérios, os seguintes procedimentos para avaliar periodicamente o desempenho e a consistência de resultados, na contratação dos gestores de recursos no mercado.

Critério de Contratação	
Qualitativos	Quantitativos
Histórico da Empresa e dos Controladores	Rentabilidade Histórica Auferida
Práticas de Marcação a Mercado	Riscos Incorridos
Estrutura de Suporte e de Controle	Custos
	Total de Recursos Administratos

7. Definição do Cenário Macroeconômico

Para a elaboração dos cenários de curto (2010), médio (2011 a 2013) e longo prazos (2014 em diante), o Economus buscou obter consenso entre os diversos agentes de mercado. A técnica consiste em formular algumas questões e encaminhá-las a diversas instituições financeiras e consultores especializados na prospecção de indicadores macroeconômicos.

Em análises conjunturais, o Comitê Financeiro identifica as premissas internas, em conformidade com os objetivos e compromissos do plano para o período, elabora um cenário econômico interno e submete-o a apreciação e deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. O resultado se traduz nas premissas abaixo, que servirão para definição da macroalocação dos planos administrados pela Entidade.

Retorno Real Esperado (% ao ano)			
Segmentos	2010	2011 a 2013	a partir de 2014
Renda Fixa - Gestão Ativa	5,21%	5,83%	5,74%
Renda Fixa - Gestão Passiva	9,00%	8,90%	8,80%
Renda Variável	15,16%	7,54%	12,16%
Empréstimos à Participantes - BD	8,01%	8,01%	8,01%
Empréstimos à Participantes - Prevmais	7,50%	7,40%	7,30%
Imóveis	6,00%	6,50%	7,00%

Cenário Macro-Econômico - Nominal (% ao ano)			
Indicadores	2010	2011 a 2013	a partir de 2014
Taxa Selic (Média)	10,10%	10,17%	10,13%
Taxa CDI (Média)	10,00%	10,07%	10,07%
PIB	4,25%	4,20%	4,00%
Bolsa de Valores	20,52%	11,94%	16,81%
IGP-M	4,13%	4,03%	4,20%
INPC	4,66%	4,10%	4,15%
IPCA	4,46%	4,00%	4,30%

8. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas das alocações temos a distribuição dos investimentos, bem como a sua composição por segmentos e carteiras distribuídas ao final de 2008 e 2009.

I. Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2008		Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	84,892%	2.723.839.386,47	78,238%	2.793.960.749,23
Fundos de Investimento	15,878%	509.447.009,26	13,780%	492.104.641,42
Fundo de Investimento Bloqueado ANS	0,4120%	13.218.665,74	0,000%	-
Títulos Públicos - Governo Federal	54,195%	1.738.887.142,50	48,753%	1.741.021.375,89
Títulos Privados - Instituição Financeiras	13,319%	427.361.866,30	14,127%	504.505.052,95
Títulos Privados - Empresas	1,088%	34.924.702,67	1,577%	56.329.678,97
Segmento de Renda Variável	7,401%	237.459.978,21	14,095%	503.363.914,57
Ações em Mercado - Carteira Própria	2,455%	78.763.090,63	3,007%	107.371.162,67
Ações em Mercado - Fundos de Ações	4,483%	143.855.469,23	10,489%	374.570.935,01
Fundo de Invest. em Participações	0,463%	14.841.418,35	0,600%	21.421.816,89
Segmento de Imóveis	0,926%	29.706.876,59	0,797%	28.473.351,56
Imóveis para Locação	0,617%	19.806.668,53	0,527%	18.824.406,65
Fundos de Investimento Imobiliário	0,309%	9.900.208,06	0,270%	9.648.944,91
Segmento de Empréstimos	2,206%	70.767.152,45	2,117%	75.587.204,82
Empréstimos à Participantes	2,206%	70.767.152,45	2,117%	75.587.204,82
Total dos Investimentos	95,425%	3.061.773.393,72	95,247%	3.401.385.220,18
Outros Recursos				
Participação Corseg	0,041%	1.304.127,48	0,037%	1.329.151,94
Fundo Contingencial	0,011%	340.526,91	0,019%	678.785,76
Recebíveis BNCA3	0,000%	-	0,178%	6.342.313,57
Contas à Receber	0,036%	1.140.249,01	0,032%	1.132.444,71
Depósito Judicial - Ambev	0,052%	1.667.678,39	0,050%	1.783.149,19
Depósitos Judiciais Contingenciais	4,432%	142.202.424,37	4,431%	158.252.729,15
Conta Movimento	0,005%	149.591,56	0,006%	216.685,04
Total Geral	100,00%	3.208.577.991,44	100,00%	3.571.120.479,54
Varição Nominal no Período				11,299%

II. Comparativo de Alocações - Regulamento Geral – Plano C

Modalidades de Investimentos	Regulamento Geral Plano C Posição em 31/12/2008		Regulamento Geral Plano C Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	86,25%	2.190.347.423,48	77,46%	2.138.071.395,05
Fundos de Investimento	7,10%	180.191.741,97	2,77%	76.523.501,34
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Bs	5,17%	131.381.937,56	5,06%	139.574.505,09
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs	63,30%	1.607.505.204,94	58,02%	1.601.446.870,80
Títulos Privados - Instituições Financeiras	9,31%	236.343.836,34	9,66%	266.707.568,42
Debêntures	1,38%	34.924.702,67	1,95%	53.818.949,40
Segmento de Renda Variável	9,35%	237.459.978,21	18,01%	497.141.847,67
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,10%	78.763.090,63	3,89%	107.371.162,67
Ações em Mercado - Fundos de Ações	5,66%	143.855.469,23	13,35%	368.348.868,11
Fundo de Invest. Em Participações	0,58%	14.841.418,35	0,78%	21.421.816,89
Segmentos de Imóveis	1,17%	29.706.876,59	1,03%	28.473.351,56
Imóveis + Fundos Imobiliários	1,17%	29.706.876,59	1,03%	28.473.351,56
Segmento de Empréstimos	2,77%	70.254.490,64	2,70%	74.558.701,04
Empréstimos à Participantes - BD	2,77%	70.254.490,64	2,70%	74.558.701,04
Total dos Investimentos	99,54%	2.527.768.768,92	99,21%	2.738.245.295,32
Outros Recursos				
Fundo Contingencial	0,01%	339.743,48	0,02%	675.026,92
Recebíveis BNCA3	0,00%		0,23%	6.342.313,57
Contas à receber	0,04%	1.140.249,01	0,04%	1.132.444,71
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,40%	10.172.090,99	0,50%	13.706.474,03
Total Geral	100,00%	2.539.420.852,40	100,00%	2.760.101.554,55
Variação Norminal no Período		-		8,69%

III. Comparativo de Alocações – Contribuição Variável – PrevMais

a) Renda Programada

Modalidades de Investimentos	PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2008		PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2009	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	99,53%	133.647.137,15	96,52%	204.546.224,16
Fundos de Investimento	60,76%	81.590.108,56	63,71%	135.030.300,54
Fundo de Investimento Bloqueado ANS	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs	-	-	-	-
Titulos Privados - Instituições Financeiras	38,77%	52.057.028,59	31,62%	67.005.194,05
Debêntures	-	-	1,18%	2.510.729,57
Segmento de Renda Variável			2,94%	6.222.066,90
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações			2,94%	6.222.066,90
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos	0,38%	512.661,81	0,49%	1.028.503,78
Empréstimos à Participantes	0,38%	512.661,81	0,49%	1.028.503,78
Total dos Investimentos	99,91%	134.159.798,96	99,94%	211.796.794,84
Outros Recursos				
Fundo Contingencial	0,0006%	783,43	0,00%	3.758,84
Participação Corseg				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,09%	115.123,98	0,06%	128.376,66
Total Geral	100,00%	134.275.706,37	100,00%	211.928.930,34
Variação Nominal no Período		-		57,83%

b) Benefício de Risco

Modalidades de Investimentos	PrevMais Benef.Risco Posição em 31/12/2008		PrevMais Benef.Risco Posição em 31/12/2009	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	100,00%	78.376.663,43	100,00%	112.621.273,23
Fundos de Investimento	61,21%	47.973.305,05	65,74%	74.032.758,41
Fundo de Investimento Bloqueado ANS	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs				
Títulos Privados - Instituições Financeiras Debêntures	38,79%	30.403.358,38	34,26%	38.588.514,82
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes				
Total dos Investimentos	100,00%	78.376.663,43	100,00%	112.621.273,23
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Participação Corseg				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,00%	2.695,36	0,00%	463,34
Total Geral	100,00%	78.379.358,79	100,00%	112.621.736,57
Variação Nominal no Período		-		43,69%

IV. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nr. 1 Plano B Posição em 31/12/2008		Regulamento Complementar nr. 1 Plano B Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	80,80%	13.952.919,74	72,75%	15.344.054,68
Fundos de Investimento	44,72%	7.722.901,00	42,10%	8.880.004,81
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Bs				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs				
Títulos Privados - Instituições Financeiras	36,08%	6.230.018,74	30,65%	6.464.049,87
Debêntures				
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Fundo de Invest. Em Participações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	80,80%	13.952.919,74	72,75%	15.344.054,68
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	19,20%	3.315.215,81	27,25%	5.747.075,15
Total Geral	100,00%	17.268.135,55	100,00%	21.091.129,83
Varição Norminal no Período		-		22,14%

V. Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nr. 2 Plano A Posição em 31/12/2008		Regulamento Complementar nr. 2 Plano A Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	92,27%	12.043.438,33	89,71%	14.178.736,49
Fundos de Investimento	50,64%	6.609.587,41	57,62%	9.106.500,22
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Bs				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs				
Títulos Privados - Instituições Financeiras	41,63%	5.433.850,92	32,09%	5.072.236,27
Debêntures				
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Fundo de Invest. Em Participações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	92,27%	12.043.438,33	89,71%	14.178.736,49
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	7,73%	1.008.322,40	10,29%	1.626.460,98
Total Geral	100,00%	13.051.760,73	100,00%	15.805.197,47
Variação Nominal no Período		-		21,10%

VI. Comparativo de Alocações – Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

Modalidades de Investimentos	Programa Assistencial PPosição em 31/12/2008		Programa Assistencial Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	70,36%	279.585.521,74	69,39%	289.576.923,48
Fundos de Investimento	44,20%	175.607.516,42	41,55%	173.388.935,37
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Bs				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs				
Títulos Privados - Instituições Financeiras	22,85%	90.774.499,11	27,84%	116.187.988,11
Debêntures				
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Fundo de Invest. Em Participações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes - BD				
Total dos Investimentos	70,36%	279.585.521,74	69,39%	289.576.923,48
Outros Recursos				
Fundo Contingencial				
Recebíveis BNCA3				
Contas à receber	-		-	
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	29,64%	117.760.073,68	30,61%	127.722.904,53
Total Geral	100,00%	397.345.595,42	100,00%	417.299.828,01
Varição Norminal no Período		-		5,02%

VII. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Previdencial

Modalidades de Investimentos	Administrativo Previdencial Posição em 31/12/2008		Administrativo Previdencial Posição em 31/12/2009	
	Distribuição por Segmentos		%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	51,15%	13.558.184,59	58,87%	18.103.240,01
Fundos de Investimento	32,30%	8.560.515,06	44,30%	13.623.738,60
Fundo de Investimento Bloqueado ANS	0,06%	15.159,53		-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs				
Títulos Privados - Instituições Financeiras Debêntures	18,80%	4.982.510,00	14,57%	4.479.501,41
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes				
Total dos Investimentos	51,15%	13.558.184,59	58,87%	18.103.240,01
Outros Recursos				
Fundo Contingencial	-		-	-
Participação Corseg	4,92%	1.304.127,48	4,32%	1.329.151,94
Contas à receber				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	43,93%	11.644.659,19	36,81%	11.318.701,22
Total Geral	100,00%	26.506.971,26	100,00%	30.751.093,17
Varição Nominal no Período		-		16,01%

VIII. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Assistencial

Modalidades de Investimentos	Programa Adm. Assist. Posição em 31/12/2008		Programa Adm. Assist. Posição em 31/12/2009	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	99,94%	2.328.098,01	99,86%	1.518.902,13
Fundos de Investimento	51,14%	1.191.333,79	99,86%	1.518.902,13
Fundo de Investimento Bloqueado ANS		-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs		-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-Cs		-	-	-
Títulos Privados - Instituições Financeiras Debêntures	48,80%	1.136.764,22	-	-
Segmento de Renda Variável				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
Segmentos de Imóveis				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
Segmento de Empréstimos				
Empréstimos à Participantes				
Total dos Investimentos	99,94%	2.328.098,01	99,86%	1.518.902,13
Outros Recursos				
Fundo Contingencial		-	-	-
Participação Corseg		-	-	-
Contas à receber	-	-	-	-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento	0,06%	1.512,91	0,14%	2.107,47
Total Geral	100,00%	2.329.610,92	100,00%	1.521.009,60
Varição Nominal no Período		-		-34,71%

9. Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado

A seguir, os “Quadros Resumo do Planejamento dos Investimentos”, que apresenta os resultados comparados com a projeção orçamentária de cada Plano de Benefícios até 31/12/09, em que é possível estabelecer uma análise paralela com a posição de fechamento na mesma data. As tabelas têm o objetivo de facilitar a leitura da distribuição da macroalocação “Prevista” e “Realizada” dos patrimônios, propiciando a comparação visual dos percentuais de alocação e os respectivos deslocamentos, que ficaram nos limites atribuídos na Política de Investimentos para cada segmento.

I. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Regulamento Geral - Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	PLANO C	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO C	%	PLANO C	PLANO C
SEGMENTO DE RENDA FIXA	84,42%	2.212.238.519,83	86,14%	2.374.291.840,05	78,08%	2.138.071.395,05	-9,95%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	11,60%	304.094.234,11	9,97%	290.926.850,17	18,16%	497.141.847,67	70,88%
SEGMENTO DE IMÓVEIS	1,11%	29.071.978,72	1,09%	27.716.033,87	1,04%	28.473.351,56	2,73%
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	2,87%	75.230.473,73	2,80%	77.852.381,57	2,72%	74.558.701,04	-4,23%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	2.620.635.206,39	100,00%	2.770.787.105,65	100,00%	2.738.245.295,32	-1,17%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Fundo Contingencia		483.600,14		382.867,02		675.026,92	
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		11.533.044,42		10.763.089,48		20.048.787,60	
Contas à Receber		1.132.444,71		1.123.686,89		1.132.444,71	
TOTAL GERAL		2.633.784.295,66		2.783.056.749,05		2.760.101.554,55	-0,82%

II. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Prevmais (Renda Programada e Risco)

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	PREVMAIS	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PREVMAIS	%	PREVMAIS	PREVMAIS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	99,69%	261.931.244,83	99,71%	301.359.383,20	97,77%	317.167.497,39	5,25%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL					1,92%	6.222.066,90	NA
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	0,31%	822.643,21	0,29%	889.883,36	0,32%	1.028.503,78	15,58%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	262.753.888,04	100,00%	302.249.266,56	100,00%	324.418.068,07	7,33%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Fundo Contingencia		1.795,61		828,95		3.758,84	
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		4.818,01		124.664,64		128.840,00	
TOTAL GERAL		262.760.501,66		302.374.760,15		324.550.666,91	7,33%

III. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	PLANO B	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO B	%	PLANO B	PLANO B
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	14.597.431,72	100,00%	16.241.854,47	100,00%	15.344.054,68	-5,53%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL							
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS							
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	14.597.431,72	100,00%	16.241.854,47	100,00%	15.344.054,68	-5,53%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		4.328.291,54		3.507.829,85		5.747.075,15	
TOTAL GERAL		18.925.723,26		19.749.684,32		21.091.129,83	6,79%

IV. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	PLANO A	ALOCAÇÃO OBJETIVO	PLANO A	%	PLANO A	PLANO A
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	13.325.048,69	100,00%	16.196.263,38	100,00%	14.178.736,49	-12,46%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL							
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS							
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	13.325.048,69	100,00%	16.196.263,38	100,00%	14.178.736,49	-12,46%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		1.278.564,09		1.066.905,93		1.626.460,98	
TOTAL GERAL		14.603.612,78		17.263.169,31		15.805.197,47	-8,45%

V. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	FEAS	ALOCAÇÃO OBJETIVO	FEAS	%	FEAS	FEAS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	285.390.252,08	97,46%	299.155.358,78	100,00%	289.576.923,48	-3,20%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			2,54%	7.791.278,01			-100,00%
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS							
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	285.390.252,08	100,00%	306.946.636,78	100,00%	289.576.923,48	-5,66%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		121.701.160,95		124.601.933,96		127.722.904,53	
TOTAL GERAL		407.091.413,03		431.548.570,75		417.299.828,01	-3,30%

VI. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Administrativo Previdencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL	%	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	16.330.745,24	100,00%	16.086.534,08	100,00%	18.103.240,01	12,54%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL							
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS							
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	16.330.745,24	100,00%	16.086.534,08	100,00%	18.103.240,01	12,54%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Depósitos Judiciais + Conta Movimento + Participação		13.888.340,41		13.671.834,74		12.647.853,16	
TOTAL GERAL		30.219.085,65		29.758.368,82		30.751.093,17	3,34%

VII. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Administrativo Assistencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 30/06/2009		POSIÇÃO EM 31/12/2009 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2009 REALIZADO		ANÁLISE HORIZONTAL
	%	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	%	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	1.455.400,49	100,00%	3.298.554,32	100,00%	1.518.902,13	-53,95%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL							
SEGMENTO DE IMÓVEIS							
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS							
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	100,00%	1.455.400,49	100,00%	3.298.554,32	100,00%	1.518.902,13	-53,95%
OUTRAS OPERAÇÕES							
Depósitos Judiciais + Conta Movimento + Participação		28.786,59		30.877,24		2.107,47	
TOTAL GERAL		1.484.187,08		3.329.431,56		1.521.009,60	-54,32%

10. Listagem dos Investimentos

Demonstra-se a seguir a relação dos investimentos segregados por Planos de Benefícios e os respectivos valores registrados em cada uma das modalidades em 31/12/2009.

I. Listagem dos Investimentos – Regulamento Geral - Plano C

Seção I - Fundos de Investimento - Renda Fixa - Gestão Indireta		76.523.501,34	2,77%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	25.995.796,67	0,94%
BBM Investimentos	BBM Institucional Mult.	14.587.821,08	0,53%
Fator Administração de Recursos Ltda	FI Fator Extra Multimercado	7.389.871,64	0,27%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	7.176.599,62	0,26%
Oliveira Trust S/A	FIDC Omni	5.809.992,88	0,21%
Votorantim Asset Management S/A	FIDC Paulista Veículos II	4.405.261,06	0,16%
Banco Itau S/A	FIDC Daycoval Veículos	3.892.488,06	0,14%
Integral - Capitania Gestores de Valores Mobiliários Ltda	FIDC BMG V	2.642.190,45	0,10%
Banco Itau S/A	Itaú Erix Previdenciário RF FI	2.573.832,74	0,09%
Intrag DTVM S/A	FIDC CESP II	2.038.872,93	0,07%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Capital Markets	10.774,21	0,00%
Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		389.770.685,00	14,12%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S/A	Schroder Eco Plus FIA	150.217.941,27	5,44%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	40.802.575,42	1,48%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco FIA Dividendos	39.676.468,75	1,44%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Bradesco Small Caps	28.906.868,71	1,05%
Gap Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO D FIC de FIM	28.755.192,00	1,04%
Votorantim Asset Management Ltda	Vot Eco Strategy	28.296.984,00	1,03%
Fator Administração de Recurso Ltda	Fator Sinergia III FIA	21.020.938,61	0,76%
BNY Mellon Arx Investimentos Ltda	Mellon Income FIA	20.157.146,42	0,73%
Fator Administração de Recurso Ltda	Fator Sinergia IV FIA	10.514.752,93	0,38%
Neo Gestão Recursos Ltda	Capital Mezanino - FIP	9.766.629,02	0,35%
Governança e Gestão Investim Ltda	Fundo de Invest. Part Gov. II - GG2	8.492.738,49	0,31%
Neo Gestão Recursos Ltda	Cap. Mezanino Privado I	3.162.449,38	0,11%

Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta		320.526.517,82	11,61%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	54.894.443,64	1,99%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	37.044.183,66	1,34%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	34.335.246,18	1,24%
Petrobrás S/A	Debêntures Privadas	34.281.133,07	1,24%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	32.062.020,14	1,16%
Banco Votorantim S/A	CDB - Pos - Selic	25.130.648,51	0,91%
Bndespar S/A	Debêntures Privadas	19.537.816,33	0,71%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	12.774.920,26	0,46%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	11.359.550,42	0,41%
Cruzeiro do Sul	DPGE	10.653.092,28	0,39%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	8.482.451,26	0,31%
BVA	DPGE	7.518.192,87	0,27%
Banco Rural	DPGE	7.514.201,16	0,27%
Banco BMG	DPGE	7.513.757,77	0,27%
Banco Schahim	DPGE	7.512.871,06	0,27%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	6.749.829,95	0,24%
Banco GMAC	DPGE	3.162.159,26	0,11%
Seção IV - Títulos Públicos sob Gestão Direta		1.741.021.375,89	63,08%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Mantidas até o Vencto.	1.586.567.990,37	57,48%
Tesouro Nacional	NTN-B _ Mantidas até o Vencto	121.434.744,00	4,40%
Tesouro Nacional	NTN-B _ Títulos para Negociação	18.139.761,09	0,66%
Tesouro Nacional	NTN-C _ Títulos para Negociação	14.878.880,43	0,54%
Seção V - Ações em Mercado sob Gestão Direta		107.371.162,67	3,89%
VALE DO RIO DOCE	PNA	23.311.280,00	0,84%
PETROBRAS	PN	18.770.604,00	0,68%
PETROBRAS	ON	12.211.780,00	0,44%
AMBEV	PN	9.709.878,00	0,35%
BRADESCO	PN	9.376.945,00	0,34%
ITUB - ITAU UNIBANCO	PN	6.171.055,00	0,22%
FIBRIA CELULOSE S/A	ON	5.351.147,37	0,19%
CEMIG	PN	4.653.605,60	0,17%
ELETRORBRAS	PNB	3.701.724,00	0,13%
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	3.114.342,00	0,11%
GERDAU	PN	2.861.548,00	0,10%
METALURGICA GERDAU	PN	2.758.680,00	0,10%
ITAUSA	PN	2.520.103,95	0,09%
USIMINAS	PNA	2.233.662,75	0,08%
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	624.807,00	0,02%
Seção VII - Fundos de Investimento Imobiliários		9.648.944,91	0,35%
COINVALORES	Fundo Projeto Água Branca	6.798.309,18	0,25%
Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.850.635,73	0,10%
Seção VIII - Imóveis		18.824.406,65	0,68%
Imóveis	Imóveis para Renda	18.824.406,65	0,68%
Seção IX - Empréstimos		74.558.701,04	2,70%
Empréstimos	Recursos concedidos	74.558.701,04	2,70%
Seção X - Outros Recursos		21.856.259,23	0,79%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	11.923.324,84	0,43%
Recebíveis BNCA3	-	6.342.313,57	0,23%
Depósito Judicial - Ambev	-	1.783.149,19	0,06%
Contas à Receber	-	1.132.444,71	0,04%
Fundo Contingencial	-	675.026,92	0,02%
Total dos Recursos		2.760.101.554,55	100,00%

II. Listagem dos Investimentos – Prevmais – Renda Programada

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		135.030.300,54	63,71%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	52.277.764,57	24,67%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	34.813.183,98	16,43%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	33.694.491,68	15,90%
BB BANCO INVESTIMENTOS S/A	FIDC - Cobra II	5.708.522,57	2,69%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	5.560.697,22	2,62%
Intrag DTVM S/A	FIDC Energisa	2.399.648,34	1,13%
Integral Capitania Gestores de Valores	FIDC BMG V	575.992,18	0,27%
Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		6.222.066,90	2,94%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	2.481.063,80	1,17%
Schrooder Investment Management Brasil DT	Schrooder Eco Plus FIA	3.741.003,10	1,77%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		69.515.923,62	32,80%
Bndespar S/A	Debêntures Privadas	2.510.729,57	1,18%
Votorantim Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	13.222.483,89	6,24%
Banco Itaú S/A	CDB - Pos - Selic	12.353.517,89	5,83%
Banco Cacique S/A	CDB - Pos - Selic	4.319.203,80	2,04%
Banco BVA	DPGE	4.296.110,21	2,03%
Banco Rural	DPGE	4.293.829,23	2,03%
Banco BMG	DPGE	4.293.575,87	2,03%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	3.973.991,60	1,88%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	3.133.167,10	1,48%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	2.813.045,61	1,33%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	2.420.349,05	1,14%
Banco IBI S/A	CDB - Pos - Selic	2.413.776,26	1,14%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	2.344.122,44	1,11%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	2.319.567,75	1,09%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	1.901.874,40	0,90%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	1.167.968,50	0,55%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	1.154.109,58	0,54%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	584.500,87	0,28%
Seção III - Empréstimos		1.028.503,78	0,49%
Empréstimos	Recursos concedidos	1.028.503,78	0,49%
Seção IX - Outros Recursos		132.135,50	0,06%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	128.376,66	0,06%
Fundo Contingencial		3.758,84	0,00%
Total dos Recursos		211.928.930,34	100,00%

III. Listagem dos Investimentos – PrevMais – Risco

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		74.032.758,41	65,74%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	25.183.567,14	22,36%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	21.306.110,12	18,92%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	20.919.457,60	18,57%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	4.955.414,39	4,40%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	1.668.209,16	1,48%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		38.588.514,82	34,26%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	5.226.137,37	4,64%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	5.052.908,06	4,49%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	3.985.008,15	3,54%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	3.868.653,26	3,44%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	3.489.058,53	3,10%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	3.315.743,11	2,94%
Banco BVA	DPGE	2.685.068,88	2,38%
Banco Rural	DPGE	2.683.643,27	2,38%
Banco BMG	DPGE	2.683.484,92	2,38%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	1.815.261,78	1,61%
Banco IBI S/A	CDB - Pos - Selic	1.810.332,20	1,61%
Banco Industrial S/A	CDB - Pos - Selic	1.466.048,78	1,30%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	507.166,51	0,45%
Seção IX - Outros Recursos		463,34	0,00%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	463,34	0,00%
Total dos Recursos		112.621.736,57	100,00%

IV. Listagem dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		8.880.004,81	42,10%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	4.164.846,96	19,75%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.511.186,54	7,17%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.236.398,05	5,86%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	1.066.775,51	5,06%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	900.797,75	4,27%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		6.464.049,87	30,65%
Banco ABC S/A	CDB - Pos - Selic	1.558.704,79	7,39%
Banco IBI S/A	CDB - Pos - Selic	1.495.334,39	7,09%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	1.166.536,32	5,53%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	1.166.536,32	5,53%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	1.076.938,05	5,11%
Seção IX - Outros Recursos		5.747.075,15	27,25%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	5.747.075,15	27,25%
Total dos Recursos		21.091.129,83	100,00%

V. Listagem dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		9.106.500,22	57,62%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	4.164.846,96	26,35%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.671.632,61	10,58%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.643.316,26	10,40%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	1.431.463,59	9,06%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	195.240,80	1,24%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		5.072.236,27	32,09%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	1.402.494,92	8,87%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	1.226.667,06	7,76%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	1.223.585,51	7,74%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	1.219.488,78	7,72%
Seção IX - Outros Recursos		1.626.460,98	10,29%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	1.626.460,98	10,29%
Total dos Recursos		15.805.197,47	100,00%

VI. Listagem dos Investimentos - Programa Assistencial – Fundo Economus de Assistência Social - FEAS

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		173.388.935,37	41,55%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	59.349.069,18	14,22%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	33.042.215,87	7,92%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	31.853.843,04	7,63%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	30.948.677,02	7,42%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	17.637.382,52	4,23%
Integral - Capitania Gestores de Valores Mobiliários LTDA	FIDC BMG V	557.747,74	0,13%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		116.187.988,11	27,84%
Banco Votorantim S/A	CDB - Pos - Selic	17.492.406,12	4,19%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	12.758.559,91	3,06%
IBI Bank S/A	CDB - Pos - Selic	12.747.673,84	3,05%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	11.883.043,89	2,85%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	10.548.550,99	2,53%
Banco Bradesco S/A	CDB - Pos - Selic	10.478.161,18	2,51%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	6.717.704,33	1,61%
Banco Schahim	DPGE	6.439.603,77	1,54%
Banco Cruzeiro do Sul	DPGE	6.428.972,63	1,54%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	4.325.434,57	1,04%
Banco Matone	DPGE	3.148.546,51	0,75%
Banco Mercantil	DPGE	3.148.546,51	0,75%
Banco Rural	DPGE	3.148.546,51	0,75%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	2.376.156,46	0,57%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	2.367.766,75	0,57%
Banco ABC Brasil S/A	CDB - Pos - Selic	2.178.314,14	0,52%
Seção IX - Outros Recursos		127.722.904,53	30,61%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	127.722.904,53	30,61%
Total dos Recursos		417.299.828,01	100,00%

VII. Listagem dos Investimentos - Programa Administrativo Previdencial

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		13.623.738,60	44,30%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	5.336.975,86	17,36%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	3.887.148,53	12,64%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	3.860.302,32	12,55%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI	539.311,89	1,75%
Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta		4.479.501,41	14,57%
Banco Sofisa S/A	CDB - Pos - Selic	1.473.646,15	4,79%
Banco Votorantim Asset Management S/A	CDB - Pos - Selic	1.106.591,77	3,60%
Banco Pine S/A	CDB - Pos - Selic	366.863,71	1,19%
Banco Daycoval S/A	CDB - Pos - Selic	364.887,40	1,19%
Banco Standard S/A	CDB - Pos - Selic	316.979,07	1,03%
Banco Panamericano S/A	CDB - Pos - Selic	283.761,84	0,92%
BIC Banco S/A	CDB - Pos - Selic	283.511,03	0,92%
Banco Fibra S/A	CDB - Pos - Selic	283.260,44	0,92%
Seção IX - Outros Recursos		12.647.853,16	41,13%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	11.318.701,22	36,81%
Participação Corseg	-	1.329.151,94	4,32%
Total dos Recursos		30.751.093,17	100,00%

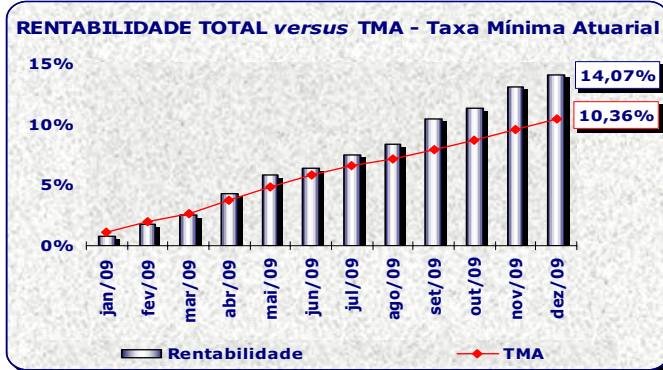
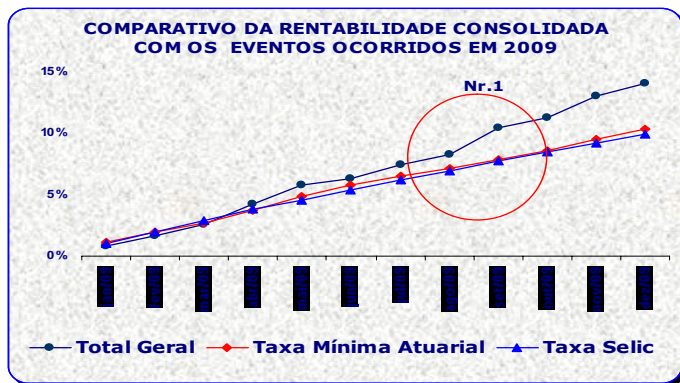
VIII. Listagem dos Investimentos - Programa Administrativo Assistencial

Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta		1.518.902,13	99,86%
Banco Itaú S.A	Citibank FI Renda Fixa Eco	843.457,79	55,45%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	672.969,56	44,24%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Itaú Erix Prev. RF FI	2.474,78	0,16%
Seção III - Outros Recursos		2.107,47	0,14%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	2.107,47	0,14%
Total dos Recursos		1.521.009,60	100,00%

11. Aferição da Rentabilidade

A rentabilidade demonstrada abaixo foi apurada por intermédio do cálculo da Taxa Interna de Retorno e os resultados devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos planos e programas, que podem ser identificados nas tabelas a seguir. A rentabilidade compreende o desempenho dos recursos dos Planos C, B, A e PrevMais e dos programas Assistencial e Administrativo e a contribuição destes para a *performance* do Patrimônio Consolidado.

I. Rentabilidade – Patrimônio Consolidado



Nr. 1 - Confirmação do descolamento da economia brasileira da crise financeira mundial

Patrimônio Consolidado	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,29%	7,33%	14,08%
Rentabilidade de Renda Fixa	4,41%	4,80%	9,42%
Rentabilidade de Renda Variável	27,58%	28,95%	64,52%
Rentabilidade de Imóveis	6,13%	6,13%	12,63%
Rentabilidade de Empréstimos	6,79%	5,36%	12,52%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,79%	4,32%	10,36%
Varição da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%
Varição da Taxa do Ibovespsa	37,06%	33,27%	82,66%

Apesar de 2009 ter sido um ano extremamente volátil e cheio de incertezas para os investidores, a rentabilidade consolidada obteve desempenho satisfatório, acima da meta atuarial (10,36%) para o ano. O resultado do ano de 14,08% foi construído principalmente ao longo de 2º semestre, graças ao comportamento positivo dos ativos de renda variável.

O segmento de renda fixa, que possui participação expressiva no *portfólio* total, obteve desempenho de 9,42%, ligeiramente abaixo da Taxa Mínima Atuarial (10,36%) e da Taxa Selic (9,95%). Esse resultado, entre outros fatores, pode ser atribuído ao comportamento do IGP-M, o qual em razão da deflação apresentada (-1,71%) frustrou pontualmente o resultado do segmento frente à TMA – Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% aa). É importante salientar que a carteira apresenta as condições necessárias para reverter esse quadro e se mostra muito eficiente em prazos maiores, tendo em vista que o comportamento desde 2003 superou largamente a evolução acumulada da TMA.

Apesar do temor dos investidores globais quanto aos desdobramentos da crise financeira e a preocupação latente diante de um possível desaquecimento mundial, o mercado acionário em 2009 apresentou em algumas ocasiões forte depreciação dos ativos. Entretanto, a partir de meados do 2º trimestre a carteira do Economus iniciou uma trajetória impressionante de recuperação, encerrando o ano com alta de 82,66%.

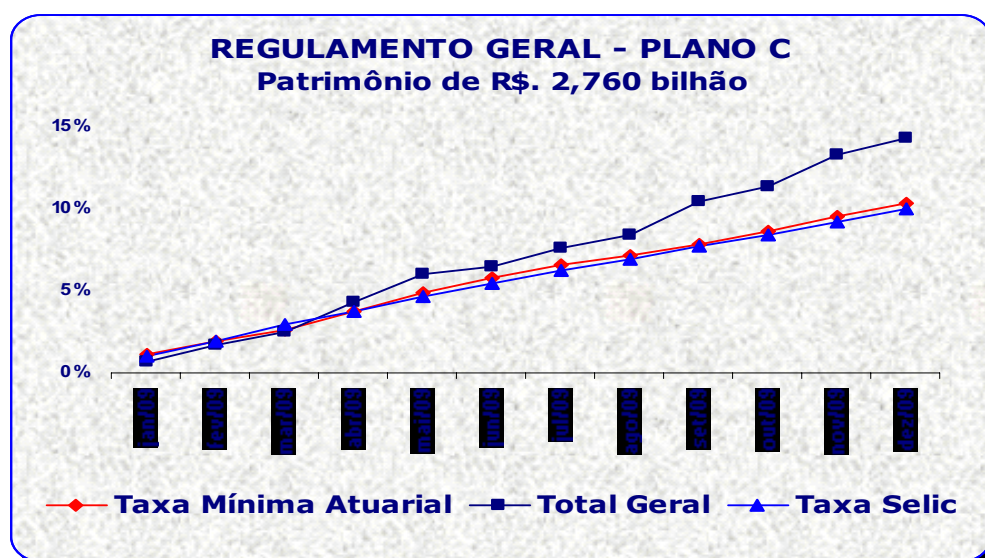
Essa reversão abrupta de tendência é explicada, dentre outros pontos, pela leitura efetuada pelo mercado de que a economia brasileira dava sinais de descolamento dos demais mercados. Isso fez com que a aversão a risco dos *players* internacionais aos ativos do mercado local viesse abaixo. Além do redirecionamento do fluxo para o Brasil, outro ponto relevante que contribuiu de modo positivo para a recuperação foi a ajuda, por meio de incentivos fiscais, patrocinada pelo governo, a diversos setores econômicos, atenuando as dificuldades de boa parte das empresas e instituições.

Deste modo, os ativos alocados nesse segmento acompanharam a tendência e os aportes efetuados em momentos oportunos apresentaram desempenho bastante satisfatório (64,52%), superando a TMA – Taxa Mínima Atuarial (10,36%) de forma significativa.

A carteira de empréstimos, do ponto de vista do saldo devedor consolidado, manteve, em menor intensidade, a tendência verificada nos últimos anos e apresentou crescimento nominal de aproximadamente 7%, com incremento em torno de R\$ 5,9 milhões no saldo devedor. O segmento encerrou o ano com um montante de R\$ 75,6 milhões contra R\$ 70,7 milhões em dez/08. Essa carteira conta com percentual de atrasados de 0,28% sobre o saldo, o que representa um volume de R\$ 211 mil. O resultado apresentado pelo segmento foi satisfatório (12,52%), superando a Taxa Mínima Atuarial (10,36%) e a Taxa Selic (9,95%).

No que se refere aos Imóveis, em dezembro o segmento representava 0,84% sobre o total dos investimentos e estava composto por imóveis destinados a aluguéis/renda e por fundos imobiliários com características de centro de exposições (feiras e eventos) e comercialização de espaços para escritórios de alto padrão. O resultado apresentado pelo segmento foi atrativo (12,63%), superando a Taxa Mínima Atuarial (10,36%) e a Taxa Selic (9,95%).

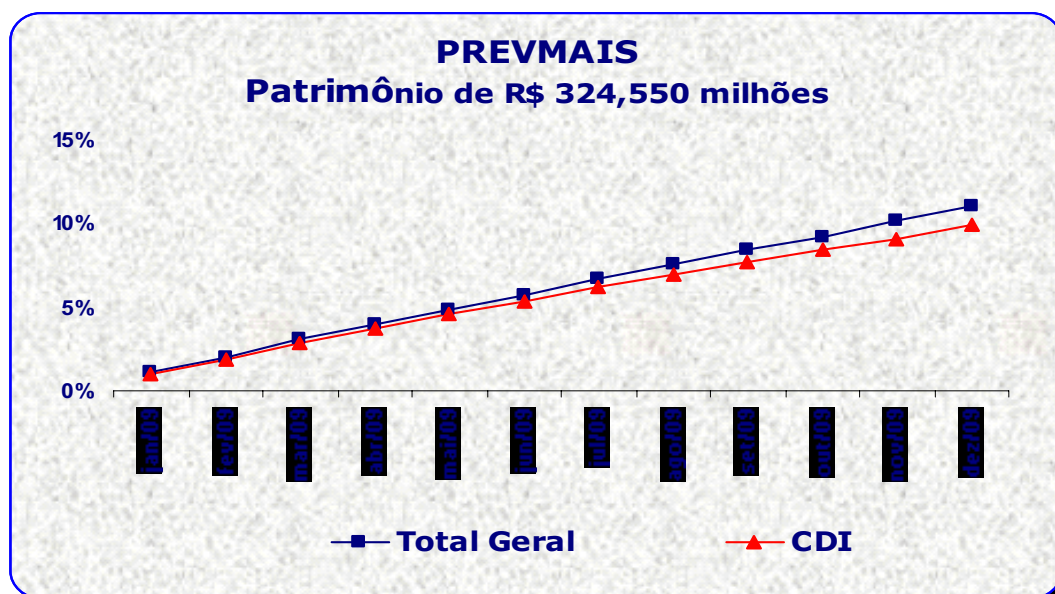
II. Rentabilidade – Regulamento Geral - Plano C



Regulamento Geral - Plano C	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	6,46%	7,46%	14,41%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,79%	4,32%	10,36%
Varição da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%

O conjunto de aplicações do Plano C nos segmentos de renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis teve rentabilidade acumulada de 14,41%, enquanto a TMA – Taxa Mínima Atuarial registrou 10,36% e a Taxa Selic 9,95%, no mesmo período.

III. Rentabilidade – PrevMais



Contribuição Variável - Prevmais	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	5,67%	5,07%	11,03%
Varição da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%
Varição da Taxa CDI	5,35%	4,32%	9,90%

O resultado conquistado pelos recursos do PrevMais, englobando os perfis de investimentos, que considera aplicações direcionadas para renda fixa, renda variável e empréstimos, alcançou patamar satisfatório, superando o indicador de referência.

a) Variação das Cotas do Perfil Conservador

Data	Variação CDI	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do CDI
jan/09	1,0464%	104.721.776,18167000	1,338203989	146.235.032,44	1,0912%	104,28%
fev/09	0,8527%	108.037.198,02651900	1,350272308	145.879.636,75	0,9018%	105,76%
mar/09	0,9721%	111.159.779,46914000	1,364141029	151.637.615,94	1,0271%	105,66%
abr/09	0,8392%	114.391.958,32857000	1,376453785	157.455.244,00	0,9026%	107,56%
mai/09	0,7669%	117.552.710,57178400	1,387970991	163.159.752,24	0,8367%	109,11%
jun/09	0,7553%	120.818.114,61870200	1,399135362	169.040.896,49	0,8044%	106,50%
jul/09	0,7853%	117.159.531,72503100	1,411011496	165.313.446,14	0,8488%	108,08%
ago/09	0,6915%	120.066.792,46832900	1,421435805	170.667.237,75	0,7388%	106,84%
set/09	0,6916%	122.977.036,78439100	1,432004911	176.103.720,62	0,7436%	107,51%
out/09	0,6912%	121.877.477,63258800	1,442607226	175.821.329,92	0,7404%	107,12%
nov/09	0,6590%	127.806.366,55856200	1,453193863	185.727.427,52	0,7339%	111,36%
dez/09	0,7241%	130.930.795,25008700	1,464495874	191.747.609,40	0,7777%	107,40%
Acumulado em 2009	9,8968%				10,6316%	107,42%
Acumulado desde o Início	44,2209%				46,4496%	105,04%
Acumulado 12 Meses	9,8968%				10,6316%	107,42%
Acumulado 6 Meses	4,3184%				4,6715%	108,18%

b) Variação das Cotas do Perfil Moderado

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do Benchmark
jul/09	1,5869%	2.759.197,67911800	1,018732084	2.810.883,20	1,8732%	118,04%
ago/09	1,0766%	2.842.657,42033400	1,031451262	2.932.062,58	1,2485%	115,96%
set/09	1,8976%	2.925.155,24058300	1,052354296	3.078.299,68	2,0266%	106,79%
out/09	0,6658%	4.299.754,63881100	1,059912806	4.557.365,00	0,7182%	107,88%
nov/09	1,8866%	4.543.656,70917000	1,081784413	4.915.257,01	2,0635%	109,38%
dez/09	0,9750%	4.683.163,01284100	1,092881476	5.118.142,10	1,0258%	105,21%
Acumulado desde o Início	8,3591%				9,2881%	111,11%

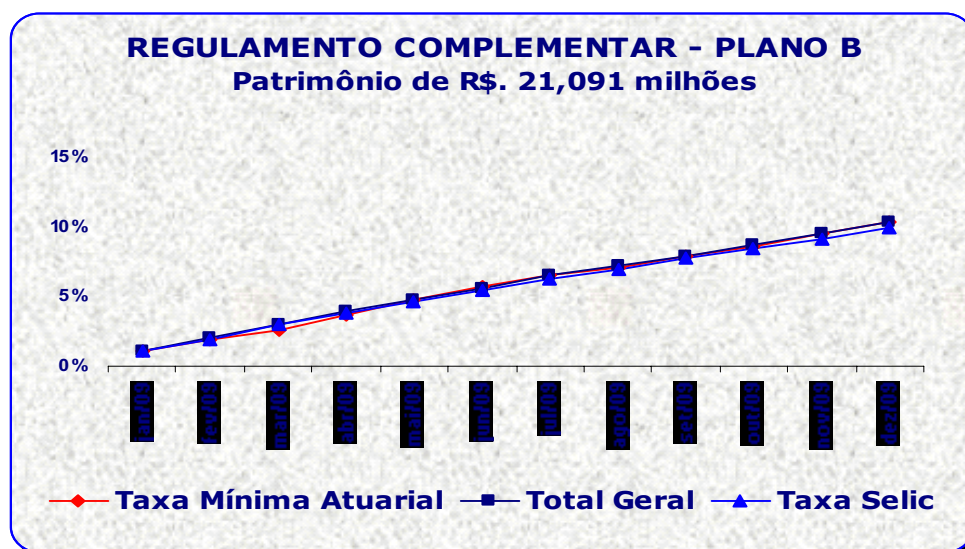
c) Variação das Cotas do Perfil Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do Benchmark
jul/09	2,4190%	4.202.989,82146500	1,029382502	4.326.484,18	2,9383%	121,46%
ago/09	1,4560%	4.338.661,27740000	1,047402884	4.544.326,34	1,7506%	120,24%
set/09	3,1127%	4.461.581,38514000	1,082153349	4.828.115,24	3,3178%	106,59%
out/09	0,6151%	7.259.965,09481900	1,089718006	7.911.314,69	0,6990%	113,65%
nov/09	3,1193%	7.673.813,93988700	1,126949340	8.647.999,55	3,4166%	109,53%
dez/09	1,2210%	7.893.786,32578600	1,141002656	9.006.831,17	1,2470%	102,13%
Acumulado desde o Início	12,5237%				14,1003%	112,59%

d) Variação das Cotas do Perfil Super Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$.	Variação Quota	% do Benchmark
jul/09	3,2473%	2.549.920,77156600	1,040033455	2.652.002,91	4,0033%	123,28%
ago/09	1,8294%	2.623.827,92810100	1,063350562	2.790.048,90	2,2420%	122,55%
set/09	4,3369%	2.696.886,39250700	1,112449943	3.000.151,11	4,6174%	106,47%
out/09	0,5391%	4.599.525,01493600	1,120001329	5.151.474,13	0,6788%	125,91%
nov/09	4,3570%	4.835.083,32736000	1,173659877	5.674.743,30	4,7909%	109,96%
dez/09	1,4620%	4.974.245,71796800	1,190886236	5.923.760,76	1,4677%	100,39%
Acumulado desde o Início	16,7749%				19,0886%	113,79%

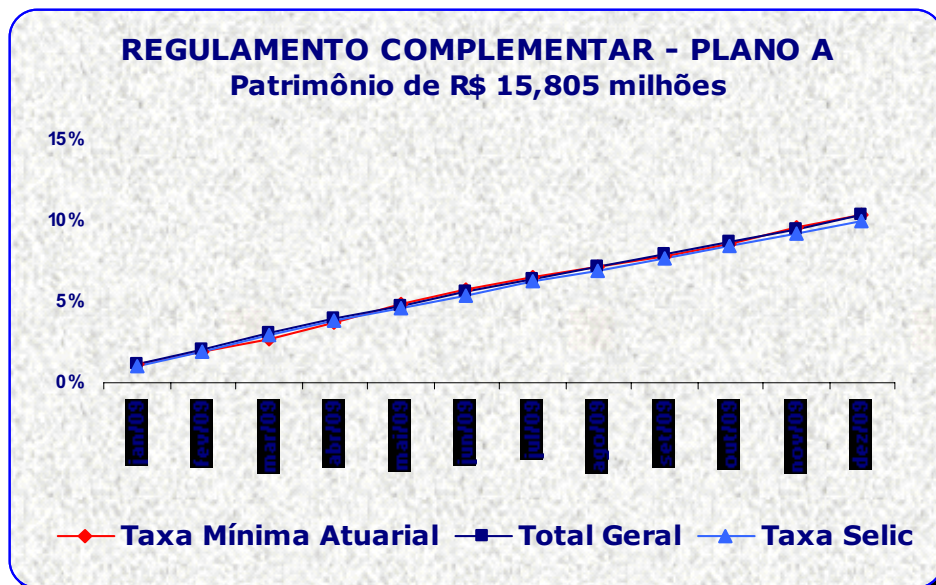
IV. Rentabilidade – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B



Regul. Complementar nr. 2 - Plano B	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	5,60%	4,50%	10,35%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,79%	4,32%	10,36%
Variação da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%

A rentabilidade dos investimentos dos recursos do Plano B ficou próxima à Taxa Mínima Atuarial, com composição de ativos alocados no segmento de renda fixa.

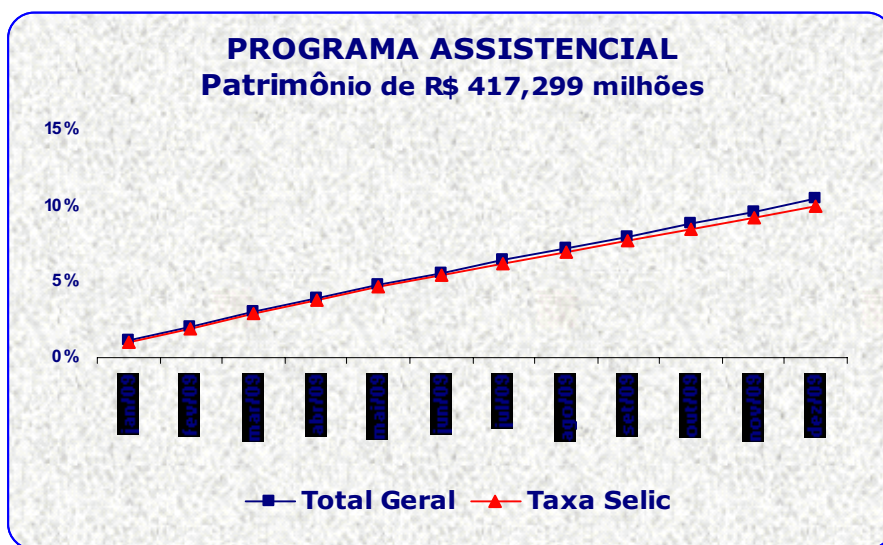
V. Rentabilidade – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

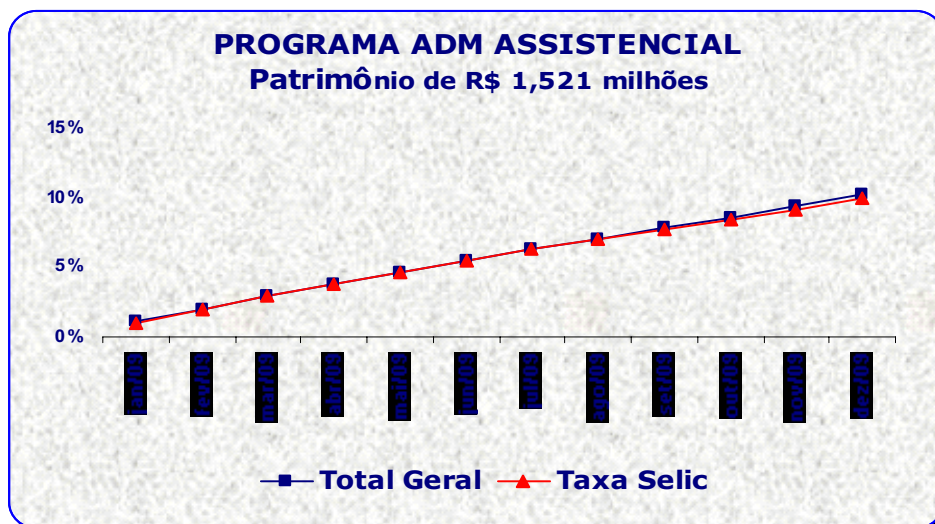
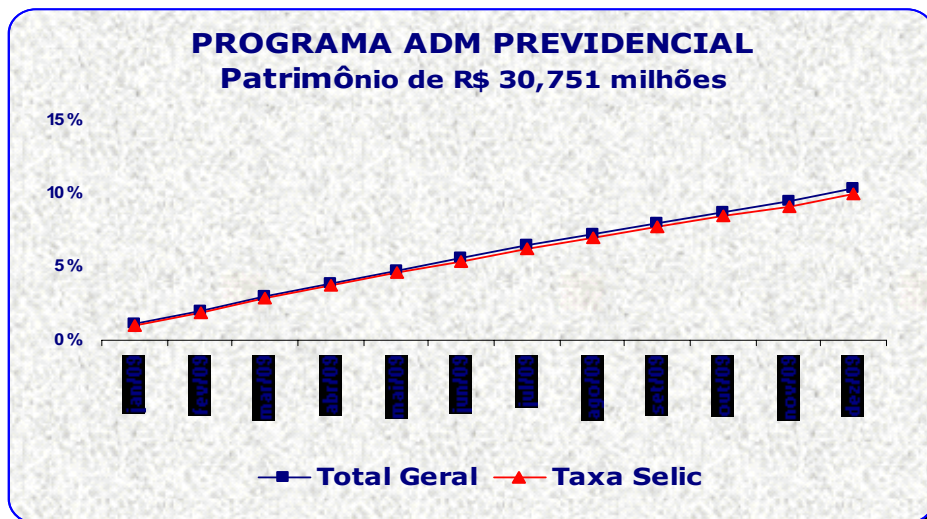


Regul. Complementar nr. 1 - Plano A	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Consolidada	5,60%	4,51%	10,37%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,79%	4,32%	10,36%
Varição da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%

Semelhante ao Plano B, o retorno do Plano A também ficou próximo à Taxa Mínima Atuarial, por estarem os recursos alocados na modalidade de renda fixa.

VI. Rentabilidade – Assistencial – FEAS / Administrativos Previdencial e Assistencial





Programas	1º Semestre de 2009	2º Semestre de 2009	Acumulado no Ano
Rentabilidade Programa Adm. Previdencial	5,57%	4,52%	10,34%
Rentabilidade Programa Adm Assistencial	5,44%	4,51%	10,20%
Rentabilidade Programa Assistencial	5,57%	4,58%	10,40%
Variação da Taxa SELIC	5,38%	4,34%	9,95%

12. Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo de 2009 às regras estabelecidas, as tabelas abaixo podem traduzir que os investimentos dos Planos se encontram em consonância com os limites atribuídos pela Política de Investimentos vigente à época e com os limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

I. Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Geral - Plano C

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	78,08	68,80	98,50	100,00
	Derivativos	9,25	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		78,08	68,80	100,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	15,29	0,00	20,00	70,00
	Derivativos	3,51	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Variável		15,29	0,00	20,00	
Seção II		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento Estruturado	Ativos	3,22	0,00	10,00	20,00
	Derivativos	3,50	0,00	100,00	100,00
Total de Investimentos Estruturados		3,22	0,00	10,00	
Seção III		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento Exterior	Ativos	0,00	0,00	0,00	10,00
	Derivativos	0,00	0,00	0,00	
Total de Investimentos no Exterior		0,00	0,00	0,00	
Seção IV		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Imóveis	Ativos	0,69	0,00	1,20	8,00
Total de Imóveis		0,69	0,00	1,20	
Seção IV		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	2,72	1,50	4,00	15,00
Total de Empréstimos		2,72	1,50	4,00	
Total Geral		100,00			

II. Enquadramento dos Investimentos – Prevmais (RP e Risco)

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	97,77	90,00	100,00	100,00
	Derivativos	5,21	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		97,77	90,00	100,00	

Seção II		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	1,92	0,00	20,00	70,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Variável		1,92	0,00	20,00	

Seção IV		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	0,32	0,00	2,50	15,00
Total de Empréstimos		0,32	0,00	2,50	

Total Geral	100,00
--------------------	---------------

III. Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	100,00	100,00	100,00
	Derivativos	7,65	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	100,00	

Total Geral	100,00
--------------------	---------------

IV. Enquadramento dos Investimentos – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	100,00	100,00	100,00
	Derivativos	6,82	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	100,00	

Total Geral	100,00
--------------------	---------------

V. Enquadramento dos Investimentos - Programa Assistencial

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	91,00	100,00	100,00
	Derivativos	4,84	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	91,00	100,00	

Seção II		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	0,00	0,00	4,00	70,00
	Derivativos	0,00	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Variável		0,00	0,00	20,00	

Total Geral		100,00			
--------------------	--	---------------	--	--	--

VI. Enquadramento dos Investimentos - Programa Administrativo

Seção I		Alocação em 31/12/2009 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	100,00	100,00	100,00
	Derivativos	2,25	0,00	100,00	100,00
Total de Renda Fixa		100,00	100,00	100,00	

Total Geral		100,00			
--------------------	--	---------------	--	--	--

13. Critérios de Análise de Riscos

VII. Controle e Avaliação dos Riscos

e) Risco de Crédito

Embora a Resolução no. 3.792 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no risco de crédito, o Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimento específicos para cada um.

Para orientação desta Política de Investimento, fica estabelecido que é considerado de baixo risco de crédito o título assim denominado por agência de classificação de risco estabelecida no Brasil.

Com relação a títulos de emissão de empresas não financeiras, é considerado como de baixo risco de crédito o título classificado nessa categoria por uma das seguintes agências classificadoras: Fitch Ratings, Standard and Poors e Moddy's, não podendo ter sido classificado abaixo dessa categoria por nenhuma delas. Adicionalmente, o crédito em questão é analisado pelo Comitê Financeiro do Economus, que decide pela sua caracterização ou não como de baixo risco.

f) Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram a carteira deste plano pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado das carteiras dos Planos do Economus é feito por meio **da Divergência não Planejada – DNP**.

Para a elaboração do cálculo da Divergência Não Planejada dos investimentos, estabelecido pela Instrução Normativa SPC nº 14, de 18/01/2007, modificada pela Instrução no. 21, de 07/04/2008, são realizados cálculos de cotas para cada um dos segmentos de investimentos, sendo:

- i. Segmento de Renda Fixa
- ii. Segmento de Renda Variável
- iii. Segmento de Investimentos Estruturados
- iv. Segmento de Investimentos no Exterior
- v. Segmento de Empréstimos
- vi. Segmento de Imóveis.

A metodologia empregada para apuração da DnP consiste na comparação da variação das cotas de cada segmento com a variação da Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano). A interpretação do resultado é satisfatória quando o valor apurado é positivo ou igual a zero, o que indica que o desempenho conseguiu acompanhar ou superar a *performance* do *benchmark*. Quando o resultado apresenta valor negativo, a carteira de investimentos não acompanhou o comportamento do *benchmark*.

O Economus pode, ao longo da vigência dessa política, adotar outras metodologias de avaliação desse tipo risco de mercado, como forma de ampliar os itens de avaliação a que o patrimônio está exposto.

g) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante da administração e, como prudência, pode alterar o percentual mínimo dos recursos totais em ativos de liquidez imediata. A adoção dessa política tem o objetivo de eliminar eventuais dificuldades em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

h) Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal visam mensurar e quantificar a aderência das carteiras de investimentos em relação à legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Essa atividade de avaliação foi incrementada substancialmente com a contratação de prestação de serviços de “Controladoria e Custódia Centralizada”, junto à instituição financeira credenciada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários especialmente para esse fim.

i) Risco Operacional

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento operacional são monitorados pelo Departamento de Controladoria do Economus, cuja atribuição é avaliar todo o fluxograma de informações e procedimentos, para identificar riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultado dos mapeamentos qualitativo e quantitativo, foram elaborados planos de ação para mitigar os riscos dessa natureza.

j) Risco Sistêmico

Procurou-se obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a obter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como entre os diversos setores deste último, que pudesse mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos do plano.

Em termos de risco de mercado, a redução do risco sistêmico se deu pela diversificação entre *benchmarks*. No caso das carteiras de renda variável, a utilização de fundos de investimentos com estratégia não atrelada a índices de bolsa de valores também propiciaram redução adicional no risco de mercado dentro do segmento.

k) Acompanhamentos dos Fatores de Risco

Os fatores de riscos envolvidos na operação do plano são gerenciados conforme o tipo. O risco de mercado é monitorado por meio de relatórios de DnP – Divergência Não Planejada -, elaborados para estimar perdas potenciais do plano decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado. O acompanhamento do risco de crédito é realizado pela análise da capacidade de pagamento dos emissores, através das súmulas de *ratings* emitidas por agências classificadoras de risco, enquanto o risco de liquidez é discutido no Comitê Financeiro do Economus, que se reúne semanalmente, estipulando limites máximos de exposição para ativos de menor liquidez.

l) Responsabilidade Sócioambiental

Com o compromisso de contribuir para uma sociedade melhor, o Economus conduz os negócios, levando em consideração o desenvolvimento social e ambiental. Desde 2007, quando aderiu ao PRI (Princípios para o Investimento Responsável), o Economus observa continuamente os Princípios de Responsabilidade Socioambiental, que fazem parte dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI.

VIII. Divergência Não Planejada

Na seqüência, apresentamos a tabela de Divergência Não Planejada – DnP, apurada para a carteira de investimentos do Plano C, do PrevMais, do Plano B (Regulamento Complementar no. 1) e do Plano A (Regulamento Complementar no. 2)

a) Divergência Não Planejada – Regulamento Geral – Plano C

A tabela da Divergência não Planejada - DnP apurada para a carteira de investimento do Plano C contempla alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos, conforme segue:

Divergência não Planejada - Plano C													
Trimestres / Segmentos / Carteiras		1T09						2T09					
		jan-09	Acumul.	fev-09	Acumul.	mar-09	Acumul.	abr-09	Acumul.	mai-09	Acumul.	jun-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	-0,3902%	-1,9182%	0,1239%	-3,0208%	0,1079%	-2,3150%	0,7423%	-2,6016%	0,6096%	-3,7516%	-0,5528%	-3,5528%
Segmento de Renda Fixa	DnP	-0,5520%	3,7211%	0,1910%	3,6820%	-0,3932%	2,9570%	-0,3712%	2,4083%	-0,3147%	1,4890%	-0,1617%	0,4532%
Carteira de Renda Fixa	DnP	-0,5520%	3,7211%	0,1910%	3,6820%	-0,3932%	2,9570%	-0,3712%	2,4083%	-0,3147%	1,4890%	-0,1617%	0,4532%
Segmento de Renda Variável	DnP	0,9565%	-36,8133%	-0,6241%	-42,2106%	4,6159%	-35,2309%	10,5388%	-33,2386%	7,8256%	-34,3441%	-3,5807%	-29,9226%
Carteira de Renda Variável	DnP	0,9565%	-36,8133%	-0,6241%	-42,2106%	4,6159%	-35,2309%	10,5388%	-33,2386%	7,8256%	-34,3441%	-3,5807%	-29,9226%
Segmento de Imóveis	DnP	-0,2585%	17,4348%	0,3250%	17,7884%	0,2541%	17,9964%	-0,2329%	17,7916%	0,0460%	18,1099%	0,1880%	17,8855%
Carteira de Aluguéis e Renda	DnP	-0,2439%	27,5712%	-0,0834%	27,4738%	0,0834%	27,5440%	-0,2689%	27,3118%	-0,0790%	27,4333%	0,3531%	26,8739%
Carteira de Fundos Imobiliários	DnP	-0,2914%	1,6373%	1,1369%	2,7236%	0,5878%	3,1729%	-0,1678%	3,0229%	0,2863%	3,6361%	-0,1444%	3,7812%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	-0,0295%	2,0777%	0,5003%	2,2345%	0,0396%	2,0948%	-0,0706%	1,9354%	0,1752%	2,2930%	0,3130%	2,4590%
Carteira de Empréstimos	DnP	-0,0295%	2,0777%	0,5003%	2,2345%	0,0396%	2,0948%	-0,0706%	1,9354%	0,1752%	2,2930%	0,3130%	2,4590%

Divergência não Planejada - Plano C													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T09						4T09					
		jul-09	Acumul.	ago-09	Acumul.	set-09	Acumul.	out-09	Acumul.	nov-09	Acumul.	dez-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	0,3490%	-2,7849%	0,2012%	-1,7015%	1,2750%	0,6007%	0,0413%	3,0402%	0,9207%	3,6944%	0,1902%	3,6632%
Segmento de Renda Fixa	DnP	-0,1837%	-0,8149%	-0,0310%	-0,7631%	0,3972%	-0,6224%	0,0526%	-1,0230%	-0,0344%	-1,3526%	-0,0728%	-1,4680%
Carteira de Renda Fixa	DnP	-0,1837%	-0,8149%	-0,0310%	-0,7631%	0,3972%	-0,6224%	0,0526%	-1,0230%	-0,0344%	-1,3526%	-0,0728%	-1,4680%
Segmento de Renda Variável	DnP	4,1755%	-18,2461%	1,7667%	-10,9201%	7,6832%	6,7508%	-0,1137%	40,2876%	5,8399%	48,3023%	1,3735%	47,5750%
Carteira de Renda Variável	DnP	4,1755%	-18,2461%	1,7667%	-10,9201%	7,6832%	6,7508%	-0,1137%	40,2876%	5,8399%	48,3023%	1,3735%	47,5750%
Segmento de Imóveis	DnP	0,2661%	0,6127%	0,3008%	0,7242%	0,3792%	0,9965%	0,1493%	1,4251%	0,2268%	1,5874%	0,3765%	2,0299%
Carteira de Aluguéis e Renda	DnP	0,1914%	-0,8739%	0,1367%	-0,7846%	0,2888%	-0,3396%	0,0083%	0,1328%	0,2476%	0,4471%	0,3665%	0,9922%
Carteira de Fundos Imobiliários	DnP	0,4071%	3,5642%	0,6200%	3,7182%	0,5522%	3,6290%	0,4229%	3,9647%	0,1803%	3,8145%	0,3904%	4,0447%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,5028%	2,5661%	0,3505%	2,1736%	0,0436%	2,1223%	0,0706%	2,4281%	0,0442%	2,1185%	-0,0960%	1,8570%
Carteira de Empréstimos	DnP	0,5028%	2,5661%	0,3505%	2,1736%	0,0436%	2,1223%	0,0706%	2,4281%	0,0442%	2,1185%	-0,0960%	1,8570%

A DnP consolidada indica um resultado positivo de 3,6632%, acumulado em 2009. Essa condição demonstra que, no período de 31/12/2008 a 31/12/2009, os segmentos eleitos contribuíram de forma positiva para o resultado final, ficando acima da TMA, exceção feita ao segmento de renda fixa pelos motivos expostos ao longo deste relatório.

b) Divergência Não Planejada – PrevMais

Divergência não Planejada - Prevmais													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T09						2T09					
		jan-09	Acumul.	fev-09	Acumul.	mar-09	Acumul.	abr-09	Acumul.	mai-09	Acumul.	jun-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do PrevMais	(S)	0,0229%	0,2821%	0,0402%	0,2711%	0,0785%	0,3676%	0,0483%	0,4289%	0,0667%	0,4685%	0,0487%	0,4732%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0452%	0,2925%	0,0434%	0,2852%	0,0487%	0,3526%	0,0469%	0,4133%	0,0651%	0,4522%	0,0477%	0,4568%
Carteira de Renda Fixa	(S)	0,0452%	0,2925%	0,0434%	0,2852%	0,0487%	0,3526%	0,0469%	0,4133%	0,0651%	0,4522%	0,0477%	0,4568%
Segmento de Renda Variável	DnP												
Carteira de Renda Variável	DnP												
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,7345%	7,1447%	0,4881%	7,0751%	0,5930%	7,1227%	0,5597%	7,1332%	0,5869%	7,1355%	0,3755%	6,9829%
Carteira de Empréstimos	DnP	0,7345%	7,1447%	0,4881%	7,0751%	0,5930%	7,1227%	0,5597%	7,1332%	0,5869%	7,1355%	0,3755%	6,9829%

Divergência não Planejada - Prevmais													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T09						4T09					
		jul-09	Acumul.	ago-09	Acumul.	set-09	Acumul.	out-09	Acumul.	nov-09	Acumul.	dez-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do PrevMais	(S)	0,1389%	0,5682%	0,1947%	0,7439%	0,0267%	0,7636%	0,0535%	0,8718%	0,2345%	1,0521%	0,0774%	1,0356%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0637%	0,4774%	0,1589%	0,6181%	-0,0700%	0,5418%	0,0446%	0,6425%	0,0682%	0,6563%	0,0474%	0,6111%
Carteira de Renda Fixa	(S)	0,0637%	0,4774%	0,1589%	0,6181%	-0,0700%	0,5418%	0,0446%	0,6425%	0,0682%	0,6563%	0,0474%	0,6111%
Segmento de Renda Variável	DnP	7,0686%	7,0686%	3,2517%	10,5502%	8,6992%	20,1671%	-0,0895%	20,0595%	9,1769%	31,0772%	1,5532%	33,1132%
Carteira de Renda Variável	DnP	7,0686%	7,0686%	3,2517%	10,5502%	8,6992%	20,1671%	-0,0895%	20,0595%	9,1769%	31,0772%	1,5532%	33,1132%
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,6135%	7,0120%	0,5336%	7,0290%	0,5388%	7,0365%	0,5975%	7,0287%	0,5241%	7,0052%	0,6605%	7,0213%
Carteira de Empréstimos	DnP	0,6135%	7,0120%	0,5336%	7,0290%	0,5388%	7,0365%	0,5975%	7,0287%	0,5241%	7,0052%	0,6605%	7,0213%

O conjunto das aplicações efetuadas neste plano resultou em ótimo desempenho, superando o indicador de referência (CDI).

c) Divergência Não Planejada – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B

Divergência não Planejada - Plano B													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T09						2T09					
		jan-09	Acumul.	fev-09	Acumul.	mar-09	Acumul.	abr-09	Acumul.	mai-09	Acumul.	jun-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	-0,0363%	-0,1546%	0,0898%	0,0661%	0,3262%	0,6134%	-0,1736%	0,7346%	-0,2712%	1,0348%	-0,1225%	1,3408%
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,0363%	-0,1546%	0,0898%	0,0661%	0,3262%	0,6134%	-0,1736%	0,7346%	-0,2712%	1,0348%	-0,1225%	1,3408%
Carteira de Renda Fixa	(S)	-0,0363%	-0,1546%	0,0898%	0,0661%	0,3262%	0,6134%	-0,1736%	0,7346%	-0,2712%	1,0348%	-0,1225%	1,3408%

Divergência não Planejada - Plano B													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T09						4T09					
		jul-09	Acumul.	ago-09	Acumul.	set-09	Acumul.	out-09	Acumul.	nov-09	Acumul.	dez-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	0,1178%	1,4305%	0,1079%	1,2059%	0,0711%	0,8255%	-0,0053%	0,7068%	-0,0010%	0,5253%	0,0396%	0,1413%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,1178%	1,4305%	0,1079%	1,2059%	0,0711%	0,8255%	-0,0053%	0,7068%	-0,0010%	0,5253%	0,0396%	0,1413%
Carteira de Renda Fixa	(S)	0,1178%	1,4305%	0,1079%	1,2059%	0,0711%	0,8255%	-0,0053%	0,7068%	-0,0010%	0,5253%	0,0396%	0,1413%

A totalidade dos recursos desse plano de benefícios foi direcionada para o segmento de renda fixa e o desempenho obtido ficou acima da TMA para o período.

d) Divergência Não Planejada – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

Divergência não Planejada - Plano A													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T09						2T09					
		jan-09	Acumul.	fev-09	Acumul.	mar-09	Acumul.	abr-09	Acumul.	mai-09	Acumul.	jun-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	-0,0335%	-0,1028%	0,0920%	0,1151%	0,3282%	0,6638%	-0,1735%	0,7636%	-0,2696%	1,0636%	-0,1234%	1,3676%
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,0335%	-0,1028%	0,0920%	0,1151%	0,3282%	0,6638%	-0,1735%	0,7636%	-0,2696%	1,0636%	-0,1234%	1,3676%
Carteira de Renda Fixa	(S)	-0,0335%	-0,1028%	0,0920%	0,1151%	0,3282%	0,6638%	-0,1735%	0,7636%	-0,2696%	1,0636%	-0,1234%	1,3676%

Divergência não Planejada - Plano A													
Trimestres / Segmentos/Carteiras		3T09						4T09					
		jul-09	Acumul.	ago-09	Acumul.	set-09	Acumul.	out-09	Acumul.	nov-09	Acumul.	dez-09	Acumul.
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	0,1196%	1,4565%	0,1031%	1,2246%	0,0754%	0,8467%	-0,0034%	0,7265%	-0,1424%	0,3982%	0,0429%	0,0139%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,1196%	1,4565%	0,1031%	1,2246%	0,0754%	0,8467%	-0,0034%	0,7265%	-0,1424%	0,3982%	0,0429%	0,0139%
Carteira de Renda Fixa	(S)	0,1196%	1,4565%	0,1031%	1,2246%	0,0754%	0,8467%	-0,0034%	0,7265%	-0,1424%	0,3982%	0,0429%	0,0139%

Os recursos do Plano A estão alocados no segmento de renda fixa e o desempenho obtido por esses ativos também contribuiu para superar a TMA no período.

14. Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta

A apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Direta (carteira proprietária) e Gestão Indireta (gestores contratados). Esta separação possui a intenção de demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações visando à aquisição direta de títulos e valores

mobiliários emitidos, enquanto a segunda forma de gestão relaciona-se com os investimentos realizados em fundos e carteiras administrados por terceiros.

Deste modo, apresentamos nas tabelas seguintes o montante de recursos, evidenciando que o Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional, por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e *assets* independentes.

I. Regulamento Geral – Plano C

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A	Schroder Eco Plus FIA	150.217.941,27	5,49%	31,56%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	40.802.575,42	1,49%	8,57%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A DTVM	Bradesco FIA Dividendos	39.676.468,75	1,45%	8,34%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A DTVM	Bradesco Small Caps	28.906.868,71	1,06%	6,07%
GAP GESTORA DE RECURSOS LTDA	Singular ECO D FIC de FIM	28.755.192,00	1,05%	6,04%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	VOT ECO Strategy	28.296.984,00	1,03%	5,95%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	25.995.796,67	0,95%	5,46%
Fator Administração de Recursos LTDA	Fator Sinergia III FIA	21.020.938,61	0,77%	4,42%
BNY Mellon Arx Investimentos Ltda	Mellon Income FIA	20.157.146,42	0,74%	4,24%
BBM Investimentos	BBM - Institucional Multimercado	14.587.821,08	0,53%	3,07%
Fator Administrator de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	10.514.752,93	0,38%	2,21%
Neo Gestão de Recursos Ltda	Capital Mezanino - Fundo Participações	9.766.629,02	0,36%	2,05%
GOVERNANÇA E GESTAO INVESTIM LTDA	Fundo Invest. Part. Gov. - GG2	8.492.738,49	0,31%	1,78%
Fator Administração de Recursos LTDA	FI Fator Extra Multimercado	7.389.871,64	0,27%	1,55%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	7.176.599,62	0,26%	1,51%
Coinvalores	Fundo Projeto Água Branca	6.798.309,18	0,25%	1,43%
Oliveira Trust S/A DTVM	FIDC Omni	5.809.992,88	0,21%	1,22%
Votorantim Asset Management S/A	FIDC - Paulista Veículos II	4.405.261,06	0,16%	0,93%
Banco Itaú S/A	FIDC - Daycoval Veículos II	3.892.488,06	0,14%	0,82%
Neo Gestão de Recursos Ltda	Capital Mezanino Privado I	3.162.449,38	0,12%	0,66%
Rio Bravo Investimentos	Fundo Centro Têxtil Internacional	2.850.635,73	0,10%	0,60%
Integral - Capitania Gestores de Valores	FIDC BMG V	2.642.190,45	0,10%	0,56%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Previdenciário RF FI	2.573.832,74	0,09%	0,54%
Intrag DTVM S/A	FIDC CESP II	2.038.872,93	0,07%	0,43%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Pactual Capital Markets	10.774,21	0,00%	0,00%
Gestão Indireta		475.943.131,25	17,38%	100,00%
Gestão Direta		2.262.302.164,07	82,62%	
Total dos Investimentos		2.738.245.295,32	100,00%	

II. Contribuição Variável – PrevMais – Renda Programada

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	52.277.764,57	24,68%	37,01%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	34.813.183,98	16,44%	24,65%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	33.694.491,68	15,91%	23,85%
Concórdia S.A. CVMCC	FIDC - Cobra II	5.708.522,57	2,70%	4,04%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	5.560.697,22	2,63%	3,94%
Schroder Investment Management Brasil	Schroder Eco Plus FIA	3.741.003,10	1,77%	2,65%
Banco BBM Gestor de Recursos Ltda.	BBM Valuation	2.481.063,80	1,17%	1,76%
Intrag DTVM S/A	FIDC Energisa	2.399.648,34	1,13%	1,70%
Integral - Capitania Gestores de Val. Mob.	FIDC BMG V	575.992,18	0,27%	0,41%
Gestão Indireta		141.252.367,44	66,69%	100,00%
Gestão Direta		70.544.427,40	33,31%	
Total dos Investimentos		211.796.794,84	100,00%	

III. Contribuição Variável – PrevMais – Risco

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	25.183.567,14	22,36%	34,02%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	21.306.110,12	18,92%	28,78%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	20.919.457,60	18,58%	28,26%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	4.955.414,39	4,40%	6,69%
Oliveira Trust S/A	FIDC Daycoval Veículos	1.668.209,16	1,48%	2,25%
Gestão Indireta		74.032.758,41	65,74%	100,00%
Gestão Direta		38.588.514,82	34,26%	
Total dos Investimentos		112.621.273,23	100,00%	

IV. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	4.164.846,96	27,14%	46,90%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	1.511.186,54	9,85%	17,02%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.236.398,05	8,06%	13,92%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	1.066.775,51	6,95%	12,01%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	900.797,75	5,87%	10,14%
Gestão Indireta		8.880.004,81	57,87%	100,00%
Gestão Direta		6.464.049,87	42,13%	
Total dos Investimentos		15.344.054,68	100,00%	

V. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	4.164.846,96	29,37%	45,73%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	1.671.632,61	11,79%	18,36%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	1.643.316,26	11,59%	18,05%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	1.431.463,59	10,10%	15,72%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	195.240,80	1,38%	2,14%
Gestão Indireta		9.106.500,22	64,23%	100,00%
Gestão Direta		5.072.236,27	35,77%	
Total dos Investimentos		14.178.736,49	100,00%	

VI. FEAS – Programa Assistencial

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	59.349.069,18	20,50%	34,23%
BRAM - Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	33.042.215,87	11,41%	19,06%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	31.853.843,04	11,00%	18,37%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	30.948.677,02	10,69%	17,85%
BB Gestão de Recursos DTVM S/A	Nossa Caixa ECO FI	17.637.382,52	6,09%	10,17%
Integral - Capitania Gestores de Valores Mobiliários LTDA	FIDC BMG V	557.747,74	0,19%	0,32%
Gestão Indireta		173.388.935,37	59,88%	100,00%
Gestão Direta		116.187.988,11	40,12%	
Total dos Investimentos		289.576.923,48	100,00%	

VII. Programas Administrativos (Previdencial e Assistencial)

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	5.336.975,86	29,48%	39,17%
BRAM – Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	3.887.148,53	21,47%	28,53%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	3.860.302,32	21,32%	28,34%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	UBS Pactual Inst.Dinâmico FI Multimerc.	539.311,89	2,98%	3,96%
Gestão Indireta		13.623.738,60	75,26%	100,00%
Gestão Direta		4.479.501,41	24,74%	
Total dos Investimentos		18.103.240,01	100,00%	

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Externa
BRAM – Bradesco Asset Management S/A	Citibank FI Renda Fixa Eco	843.457,79	55,53%	55,53%
Banco Itaú S.A	Itaú Erix Prev. RF FI	672.969,56	44,31%	44,31%
UBS Pactual Gestora de Recursos Ltda.	FI Renda Fixa Pactual Capital Markets	2.474,78	0,16%	0,16%
Gestão Indireta		1.518.902,13	100,00%	100,00%
Gestão Direta		-	0,00%	
Total dos Investimentos		1.518.902,13	100,00%	

15. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme o artigo 7º da Resolução nº 3.792, do CMN de 24/09/2009, e o parágrafo 5º do artigo 35º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado, responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos, bem como prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade. Deste modo, o Sr. José Augusto Brienza Coli foi nomeado pelo Conselho Deliberativo como Administrador Responsável do Economus - Instituto de Seguridade Social.

16. Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C

A reserva matemática é calculada atuarialmente, com base na avaliação dos dados cadastrais da população, com o intuito de identificar o montante financeiro necessário para a realização dos pagamentos de complementação descritos no respectivo regulamento. O valor da reserva está subdividido ainda em “Benefícios a Conceder” e “Benefícios Concedidos”.

É possível observar na tabela abaixo a evolução comparativa da rubrica “Resultados a Realizar”, data base dezembro/2009, no valor de R\$ 411.443.831,33, bem como o comportamento verificado do “Exigível Atuarial” do Plano de Benefícios e os efeitos sobre o “Equilíbrio Técnico” do plano. A avaliação mostra que, naquele momento, o déficit ficou zerado, devido em grande parte à recuperação dos investimentos ao longo de 2009. Deste modo, podemos afirmar que o plano apresenta “Equilíbrio Técnico”.

Conta Contábil	Resultado Consolidado	Posição em 06/2009	Posição em 12/2009	Variação em %
2.3	Exigível Atuarial	3.139.698.834,33	3.145.492.214,02	0,18
2.3.1.1	Benefícios Concedidos	2.023.327.033,09	2.046.405.731,89	1,14
2.3.1.2	Benefícios a Conceder	1.417.779.742,78	1.477.030.348,56	4,18
2.3.1.3.02.01	Reserva a Constituir *	(301.407.941,54)	(308.514.399,78)	2,36
2.4.1.1	Resultados Realizados	(525.681.106,30)	(411.443.831,33)	(21,73)
2.4.1.2	Resultados a Realizar **	426.998.266,15	411.443.831,33	(3,64)
2.4.1	Equilíbrio Técnico	(98.682.840,15)	-	-

* proveniente da taxa cobrada dos participantes a título de antecipação para o equacionamento do déficit.

** proveniente da compra dos títulos para equacionamento do déficit (ofício 2206).

É fato que o valor registrado na rubrica de “Resultados a Realizar” (R\$ 411,4 milhões - dez/09) tende a zero, pois quanto mais se aproximam os vencimentos dos títulos utilizados para o equacionamento parcial do déficit, **menor** será o ganho contábil auferido pelo extinto artigo 5º da CGPC nr. 4, que passa a ser contabilizado em “Resultados Realizados”. Por outro lado, com a devida apropriação da correção monetária e juros, bem como amortização do deságio auferido na aquisição desses títulos, a variação nominal se comporta de maneira inversa, sendo o valor cada vez **maior** à medida que os vencimentos se aproximam. Portanto, como efeito prático dos cálculos, o resultado financeiro (curva dos títulos) e o contábil (Resultados a Realizar) apresentam equilíbrio na medida em que o tempo decorre.

Na tabela acima, observa-se a variação do “Resultado a Realizar” no 1º semestre de 2009 e nota-se que houve estabilidade nos valores comparativos, pois, como temos o componente da inflação embutido no cálculo, é possível verificar esse fenômeno entre um período e outro. A justificativa para a situação circula principalmente sobre o comportamento verificado entre a “taxa do IGP-M” e a “taxa de amortização do deságio” pactuada. Quando a variação do IGP-M for superior à taxa de amortização, o valor do resultado a realizar sofre os efeitos e apresenta elevação, sendo o inverso verdadeiro, ou seja, quando a “taxa do IGP-M” se posiciona abaixo da linha da “taxa de amortização” o valor apresenta um decréscimo.

16. Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta

O conceito adotado para cálculo e distribuição das despesas da Gestão Direta (GD) e Gestão Indireta (GI) foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento está demonstrado de forma gerencial e sintética na apresentação das tabelas abaixo, que identificam, por plano de benefícios sob a administração do Economus, o total dos valores efetivamente pagos em 2009 aos prestadores de serviços contratados.

Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Essas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão indireta, as cotas dos fundos de investimento renda fixa e variável são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Não há, portanto, desembolso físico de recursos, tendo em vista que tais despesas são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Assim, o mapeamento a seguir reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Esses custos podem oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto à BM&F e/ou Bovespa, constituídas para diminuir exposições ao risco de mercado, ou mesmo no que tange às despesas operacionais, tais como custódia, renovação de contratos, cartórios, Anbima e outros, posto que tais custos poderão ser contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Tais movimentações são

objeto de permanente monitoramento pelo Instituto, visando analisar a coerência e o benefício para o portfólio de redução.

I. Custos com a Administração dos Recursos – Regulamento Geral - Plano C

GESTÃO DIRETA		GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	133.292,27	Custódia Qualificada	137.240,48
Consultoria Financeira	18.333,92	Consultoria Financeira	23.177,30
Consultoria de Risco de Crédito	11.238,06	Consultoria de Risco de Crédito	14.277,60
Consultoria de Renda Variável	13.605,48	Consultoria de Renda Variável	114.327,28
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	118.638,52	Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	114.327,28
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	295.108,25	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	289.022,67
Total dos Investimentos	2.620.635.206,39	Total dos Investimentos	2.738.245.295,32
% dos Custos sobre os Investimentos	0,011%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,011%

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Taxa de Administração	1.225.900,29	Taxa de Administração	1.640.919,57
Taxa de Custódia	39.105,37	Taxa de Custódia	39.855,10
Taxa de Fiscalização - CVM	23.581,33	Taxa de Fiscalização - CVM	30.855,54
Taxa de Auditoria	10.342,71	Taxa de Auditoria	6.532,54
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.298.929,69	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.718.162,75
Total dos Investimentos	2.620.635.206,39	Total dos Investimentos	2.738.245.295,32
% dos Custos sobre os Investimentos	0,050%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,063%

II. Custos com a Administração dos Recursos – PrevMais

GESTÃO DIRETA		GESTÃO DIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2009	Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	12.639,66	Custódia Qualificada	15.615,69
Consultoria Financeira	1.758,35	Consultoria Financeira	2.670,87
Consultoria de Risco de Crédito	1.066,35	Consultoria de Risco de Crédito	10.275,31
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	9.035,33	Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	28.561,86
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	24.499,68	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	28.561,86
Total dos Investimentos	262.753.888,04	Total dos Investimentos	324.418.068,07
% dos Custos sobre os Investimentos	0,009%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,009%

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2009	Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Taxa de Administração	99.634,48	Taxa de Administração	149.287,91
Taxa de Custódia	7.602,86	Taxa de Custódia	11.081,89
Taxa de Fiscalização - CVM	8.933,26	Taxa de Fiscalização - CVM	13.872,18
Taxa de Auditoria	4.303,45	Taxa de Auditoria	2.230,85
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	120.474,05	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	176.472,82
Total dos Investimentos	262.753.888,04	Total dos Investimentos	324.418.068,07
% dos Custos sobre os Investimentos	0,046%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,054%

III. Custos com a Administração dos Recursos – Regulamento Complementar nº 1 - Plano B

GESTÃO DIRETA		GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	752,16	Custódia Qualificada	823,61
Consultoria Financeira	102,40	Consultoria Financeira	137,48
Consultoria de Risco de Crédito	61,86	Consultoria de Risco de Crédito	
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	538,74	Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	542,51
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.455,16	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.503,60
Total dos Investimentos	14.597.431,72	Total dos Investimentos	15.344.054,68
% dos Custos sobre os Investimentos	0,010%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,010%

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Taxa de Administração	6.407,77	Taxa de Administração	7.423,04
Taxa de Custódia	470,90	Taxa de Custódia	358,95
Taxa de Fiscalização - CVM	561,34	Taxa de Fiscalização - CVM	342,45
Taxa de Auditoria	234,35	Taxa de Auditoria	49,50
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	7.674,36	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	8.173,95
Total dos Investimentos	14.597.431,72	Total dos Investimentos	15.344.054,68
% dos Custos sobre os Investimentos	0,053%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,053%

IV. Custos com a Administração dos Recursos – Regulamento Complementar nº 2 - Plano A

GESTÃO DIRETA		GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	673,94	Custódia Qualificada	726,47
Consultoria Financeira	92,97	Consultoria Financeira	123,14
Consultoria de Risco de Crédito	56,67	Consultoria de Risco de Crédito	
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	482,55	Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	478,70
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.306,13	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.328,30
Total dos Investimentos	13.325.048,69	Total dos Investimentos	14.178.736,49
% dos Custos sobre os Investimentos	0,010%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,009%

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2009	Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Taxa de Administração	10.234,56	Taxa de Administração	5.762,98
Taxa de Custódia	470,90	Taxa de Custódia	788,36
Taxa de Fiscalização - CVM	555,15	Taxa de Fiscalização - CVM	363,43
Taxa de Auditoria	246,00	Taxa de Auditoria	75,85
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	11.506,61	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	6.990,61
Total dos Investimentos	13.325.048,69	Total dos Investimentos	14.178.736,49
% dos Custos sobre os Investimentos	0,086%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,049%

V. Custos Totais – Consolidado

GESTÃO DIRETA		GESTÃO DIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2009	Descrição	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Custódia Qualificada	147.358,03	Custódia Qualificada	154.406,24
Consultoria Financeira	20.287,65	Consultoria Financeira	26.108,79
Consultoria de Risco de Crédito	12.422,94	Consultoria de Risco de Crédito	
Consultoria de Renda Variável	13.605,48	Consultoria de Renda Variável	14.277,60
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	128.695,13	Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	125.623,80
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	322.369,23	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	320.416,43
Total dos Investimentos	2.911.311.574,84	Total dos Investimentos	3.092.186.154,56
% dos Custos sobre os Investimentos	0,011%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,010%

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO INDIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2009	Descrição	2º Semestre de 2009
	Valores em R\$		Valores em R\$
Taxa de Administração	1.342.177,10	Taxa de Administração	1.803.393,50
Taxa de Custódia	47.650,02	Taxa de Custódia	52.084,30
Taxa de Fiscalização - CVM	33.631,08	Taxa de Fiscalização - CVM	45.433,60
Taxa de Auditoria	15.126,51	Taxa de Auditoria	8.888,74
Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.438.584,71	Total dos Custos com Investimentos - 2S09	1.909.800,13
Total dos Investimentos	2.911.311.574,84	Total dos Investimentos	3.092.186.154,56
% dos Custos sobre os Investimentos	0,049%	% dos Custos sobre os Investimentos	0,062%



Economus - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2009 e 2008



Economus - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de fluxos financeiros	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis	7 - 33



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores do
Economus - Instituto de Seguridade Social
São Paulo - SP

Examinamos o balanço patrimonial do Economus - Instituto de Seguridade Social levantado em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Economus - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações e o fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de março de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

dezembro de 2009 e 2008

(em milhares de Reais)

	2009	2008	Passivo	2009	2008
	294	341	Exigível operacional	9.015	9.015
	3.832.017	3.520.254	Programa previdencial	3.807	3.807
	4.339	5.615	Programa assistencial	91	91
Programa previdencial	4.339	5.615	Programa administrativo	5.073	5.073
Programa a realizar	411.444	444.215	Programa de investimento	44	44
Programa assistencial	2	4	Exigível contingencial	24.981	24.981
Programa administrativo	3.415	3.972	Programa previdencial	6.805	6.805
Programa de investimentos	3.412.817	3.066.448	Programa assistencial	16.807	16.807
Programa fixa	2.795.969	2.725.484	Programa administrativo	1.285	1.285
Programa variável	506.280	240.268	Programa de investimento	84	84
Investimentos imobiliários	28.718	29.911	Exigível atuarial	3.417.583	3.417.583
Participações com participantes	75.508	70.774	Provisões matemáticas	3.417.583	3.417.583
Outros investimentos	6.342	11	Benefícios concedidos	2.103.373	2.103.373
Total	882	1.215	Benefícios a conceder	1.692.154	1.692.154
Programa a realizar	882	1.215	(-) Provisões matemáticas a constituir	(377.944)	(377.944)
			Reservas e fundos	381.614	381.614
			Equilíbrio técnico	11.439	11.439
			(-) Déficit técnico acumulado	(400.005)	(400.005)
			Resultados a realizar	411.444	411.444
			Fundos	370.175	370.175
			Programa previdencial	77.686	77.686
			Programa assistencial	272.755	272.755
			Programa administrativo	19.149	19.149
			Programa de investimento	585	585
Total do ativo	3.833.193	3.521.810	Total do passivo	3.833.193	3.521.810

As informações apresentadas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
Programa previdencial		
Recursos coletados	152.974	138.589
Recursos utilizados	(192.184)	(163.009)
Constituições/reversões de contingências	(518)	(10.526)
Custeio administrativo	(12.143)	(14.694)
Resultados dos investimentos previdenciais	384.868	250.866
Constituições/reversões de provisões atuariais	(175.046)	(321.433)
Constituições/reversões de fundos	(21.152)	11.169
	<u>136.799</u>	<u>(109.038)</u>
Superávit (déficit) técnico do exercício		
Programa assistencial		
Recursos coletados	147.640	147.923
Recursos utilizados	(163.760)	(155.626)
Constituições/reversões de contingências	382	1.968
Custeio administrativo	(91)	(1.285)
Resultados dos investimentos assistenciais	27.069	30.355
	<u>11.240</u>	<u>23.335</u>
Constituições (reversões) de fundos		
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	12.234	15.979
Receitas	16.208	13.575
Despesas	(25.531)	(30.749)
Constituições/reversões de contingências	(1.565)	(2.556)
Resultados dos investimentos administrativos	1.666	1.853
	<u>3.012</u>	<u>(1.898)</u>
Constituições (reversões) de fundos		
Programa de investimentos		
Renda fixa	241.842	407.712
Renda variável	159.555	(141.769)
Investimentos imobiliários	3.415	7.809
Operações com participantes	9.054	9.685
Relacionados com o disponível	(103)	(244)
Outros investimentos	188	-
Constituições/reversões de contingências	(83)	(77)
Resultados recebidos/transferidos de outros programas	(413.603)	(283.074)
	<u>265</u>	<u>42</u>
Constituições (reversões) de fundos		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ativos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(em milhares de Reais)

	2009	2008
Ativo previdencial	<u>(40.312)</u>	<u>(24.774)</u>
Ativos	<u>152.012</u>	<u>137.415</u>
Ativos coletados	152.974	138.589
Ativos a receber	2.020	816
Ativos futuros	-	(569)
Ativos realizáveis/exigibilidades	(683)	-
Substituições/reversões de contingências	(2.299)	(1.421)
	<u>(192.324)</u>	<u>(162.189)</u>
Ativos utilizados	(192.184)	(163.009)
Despesas a pagar	347	995
Despesas futuras	31	(175)
Substituições/reversões de contingências	(518)	-
Ativo assistencial	<u>(17.098)</u>	<u>(7.499)</u>
Ativos	<u>146.425</u>	<u>149.887</u>
Ativos coletados	147.640	147.923
Ativos a receber	4	(4)
Ativos realizáveis/exigibilidades	(3)	-
Substituições/reversões de contingências	(1.216)	1.968
	<u>(163.523)</u>	<u>(157.386)</u>
Ativos utilizados	(163.761)	(155.626)
Despesas a pagar	(144)	208
Substituições/reversões de contingências	382	(1.968)
Ativo administrativo	<u>(10.077)</u>	<u>(20.078)</u>
Ativos	<u>16.771</u>	<u>8.641</u>
Ativos	16.208	13.575
Ativos a receber	506	(2.541)
Ativos realizáveis/exigibilidades	(4)	163
Substituições/reversões de contingências	61	(2.556)
	<u>(26.848)</u>	<u>(28.719)</u>
Despesas	(25.531)	(30.749)
Despesas a pagar	(142)	1.846
Despesas futuras	56	(166)
Remanescente	333	262
Substituições/reversões de contingências	(1.564)	88
Ativo de investimentos	<u>67.440</u>	<u>52.089</u>
Ativo fixo	171.358	62.484
Ativo variável	(106.457)	(15.612)
Investimentos imobiliários	4.531	4.086

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977 e patrocinada pelo Banco Nossa Caixa S.A. e pelo próprio Economus, exclusivamente para os empregados do Banco e do Instituto. Administra planos de Benefício Definido e de Contribuição Variável.

Em 21 de maio de 2008, conforme divulgado em fato relevante pelo Banco Nossa Caixa S.A., tiveram início os estudos para a incorporação do Banco Nossa Caixa S.A. pelo Banco do Brasil S.A. Após aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 13.286/08, em 19 de dezembro de 2008 foi assinado o contrato de compra e venda. Em 10 de março de 2009, a operação foi homologada pelo Banco Central do Brasil, quando então foi concretizada a venda do controle acionário do Banco Nossa Caixa S.A. para o Banco do Brasil S.A.

A partir de dezembro de 2009 o Economus - Instituto de Seguridade Social, passa a ter como patrocinador o Banco do Brasil S.A.

Os planos desenhados na modalidade de benefício definido - BD possuem como finalidade, a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos seus participantes, a saber: Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e Regulamento Geral (Grupo C).

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B): assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez, para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os participantes. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento nº 1 - Grupo B

Situação	Quantidade	
	2009	2008
Participantes	1.273	1.252
Aposentados	9	9
Pensionistas	<u>2</u>	<u>2</u>
Total	<u>1.284</u>	<u>1.263</u>

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A): assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento nº 2 - Grupo A

Situação	Quantidade	
	2009	2008
Participantes	1.488	1.544
Pensionistas	<u>7</u>	<u>7</u>
Total	<u>1.495</u>	<u>1.551</u>

Regulamento Geral (Grupo C): assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única o pagamento de pecúlio por morte e por invalidez. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

Regulamento Geral - Benefício Definido (BD)

Situação	Quantidade	
	2009	2008
Ativos	70	79
Autopatrocinado - Não Saldado	1	-
Autopatrocinado - Saldado	48	53
Participantes em BPD	33	49
Optantes pelo Saldamento	6.713	6.830
Aposentados	4.779	4.754
Pensionistas	<u>385</u>	<u>367</u>
Total	<u>12.029</u>	<u>12.132</u>

Em 10 de novembro de 2004 o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral - Grupo C para os empregados do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O processo de saldamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2713, reconhecendo que a base do benefício complementar seria calculada considerando os efeitos da Lei nº 9.876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PREVMAIS, o qual foi instituído na modalidade de contribuição variável - CV, conforme disposições regulamentares e está estruturado por meio de contribuição definida na fase de diferimento, da capitalização das contribuições alocadas em fundos e quando do cumprimento das elegibilidades, o pagamento do benefício.

Estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Os planos são custeados de forma paritária entre os participantes, assistidos e patrocinadores. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

PREVMAIS

Situação	Quantidade	
	2009	2008
Ativos	10.485	10.295
Autopatrocinado - Não Saldado	53	29
Autopatrocinado - Saldado	13	14
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	284	295
Participantes em BPD	2	-
Aposentados	365	327
Pensionistas	<u>26</u>	<u>13</u>
Total	<u>11.228</u>	<u>10.973</u>

Os recursos dos planos de benefícios, assim como, os recursos necessários para o funcionamento do Instituto, são representados por contribuições de seus patrocinadores, participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações, que obedecem ao disposto na Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007, alterada pela 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A estrutura dos investimentos é multifundo, caracterizada por gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios.

O programa Assistencial do Economus é composto pelos planos de assistência à saúde na modalidade coletivo empresarial dos funcionários, aposentados e seus respectivos dependentes do patrocinador Banco do Brasil S.A., os quais são custeados pelo patrocinador.

O Economus também opera os planos de assistência a saúde FEAS PAMC e FEAS Básico, ambos custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social - FEAS. Os planos mencionados destinam-se a prover aos participantes assistidos e pensionistas e seu grupo familiar inscrito uma assistência médica de qualidade. O FEAS é um fundo contábil, constituído ao longo do tempo com recursos provenientes da comercialização de seguro nas apólices em que o Economus era estipulante, dos resultados auferidos pela Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. quando operava, das receitas financeiras e das contribuições oriundas da co-participação dos beneficiários inscritos no plano FEAS PAMC. O total de assistidos pelo FEAS no ano de 2009 era de 6.668 vidas, e em 2008, 4.802 vidas.

Em dezembro de 2009 o Instituto contratou a empresa GAMA Consultores Associados Ltda. especializada em estudos atuariais, para avaliar, mediante a geração de diversas simulações, as alternativas possíveis de custeio para os planos. O relatório com as alternativas de custeio foi encaminhado pela GAMA ao Conselho Deliberativo para avaliação. Isto posto, o Conselho deliberou por implementar um custeio de 4,72% por beneficiário inscrito incidente sobre a soma do benefício.

De acordo com o regulamento do FEAS, a Diretoria Executiva do Economus em conjunto com o Conselho Deliberativo, poderão rever a prestação dos serviços assistenciais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC e estão apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e em longo prazo.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla as operações consolidadas de todos os planos de benefícios do Instituto, quanto aos programas previdencial, administrativo, assistencial e de investimentos, conforme previsto nas Resoluções do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC do Ministério da Previdência Social - MPS nº 5, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela nº 10, de 5 de julho de 2002.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais.

3 Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos participantes autopatrocinados.

b. Programa previdencial

Registra os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais, contribuições extraordinárias, dos patrocinadores, participantes, assistidos, autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros das obrigações atuariais.

c. Programa de investimento

O contido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que dispõe sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, foi cumprido na íntegra pelo Economus.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Em atendimento à Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração do Instituto, em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem títulos e valores mobiliários, para os quais há a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

O Economus utiliza-se da gestão direta (carteira própria) e da gestão indireta (fundos de investimentos exclusivos ou não e/ou carteiras administradas) como instrumento para viabilizar as operações financeiras. A composição dos ativos financeiros está subdividida da seguinte forma e considerando as diretrizes abaixo para sua gestão:

Segmento de renda fixa

Os títulos públicos federais e os títulos privados (empresas) são adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, bem como, aqueles atrelados a índices de preços objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral (Grupo C). São demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2009 e se encontram classificados na categoria de Títulos Mantidos até o Vencimento.

Os demais títulos e valores mobiliários constantes desse segmento possuem liquidez e se encontram classificados na categoria de Títulos para Negociação.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Segmento de renda variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações e fundos de investimentos e são demonstrados pelo valor de mercado, com base no fechamento de 31 de dezembro de 2009, ou no último dia em que a ação tenha sido negociada em Bolsa de Valores, se for o caso.

Segmento de investimentos imobiliários

Imóveis para locação e renda são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados mensalmente de acordo com as taxas correspondentes ao tempo de vida útil estabelecido no último laudo de avaliação, que variam de 1,69% a 2,94% ao ano.

O laudo de avaliação é uma exigência legal e deve ser elaborado por empresas especializada a cada 3 (três) anos seguindo as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas que regulam o assunto. Essa prática tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor teoricamente de mercado, como ocorreu em julho de 2008.

Fundos Imobiliários: são registrados de acordo com a variação apresentada pelo valor da cota informada pelo administrador responsável pelo Fundo.

Segmento de operações com participantes

O segmento de empréstimos a participantes é normatizado pelo Conselho Deliberativo e o saldo é representado pelos empréstimos concedidos aos participantes, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2009. Esse benefício é concedido aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus.

Os prazos contratuais variam de acordo com o grupo em que o participante está registrado e as taxas praticadas são: participantes do Benefício Definido - BD, INPC + 10,01% aa e PREVMAIS, Selic + 8,73% aa.

Para o registro contábil da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios:

- a. No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- b. No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- c. No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos,
- d. No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor de crédito é ressarcido integralmente pelo fundo de contingência que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

Outros investimentos

Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

d. Permanente

Os bens que constituem o ativo permanente se apresentam corrigidos pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995 e são depreciados pelo método linear às seguintes taxas:

	Percentual ao ano
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	20
Software	20
Computadores	20

e. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada programa.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

f. Exigível contingencial

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

O exigível contingencial está apresentado líquido dos depósitos judiciais. As provisões para contingências são constituídas tendo como base a avaliação da administração e de seus consultores jurídicos.

g. Exigível atuarial

Registra o valor atual das provisões matemáticas, de acordo com a nota técnica atuarial, e foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário externo, GAMA Consultores Associados, e, ainda, de acordo com os critérios fixados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério de Previdência Social - MPS.

i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos registram o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as de benefícios a conceder registram o valor atual dos compromissos futuros, pelo método de crédito unitário projetado, avaliados proporcionalmente ao tempo de adesão, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

- **Benefícios do plano com a geração atual**

Registram o valor atual dos compromissos futuros, calculado pelo método de crédito unitário projetado, avaliados à época do benefício, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- **Outras contribuições da geração atual**

Registram o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual, durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

- ii. *Provisões matemáticas a constituir*

Registram de acordo com o Plano Anual de Custeio, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados.

h. Reservas e fundos

Registra os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios, demonstrados nas contas “Superávit Técnico” ou “Déficit Técnico” e a constituição dos fundos.

- i. *Equilíbrio técnico*

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

- **Resultados realizados**

Registra os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, sendo composto por “Superávit Técnico” e pela conta redutora “Déficit Técnico”.

Déficit técnico acumulado

Representa a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes) de benefícios a conceder (ativos ou autopatrocinados, que ainda não estão em gozo da aposentadoria). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais) o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC e dos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- **Resultados a realizar**

Registra os resultados antecipados dos ajustes dos títulos em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento”, e o valor presente destes títulos considerando a taxa de desconto utilizado na última avaliação atuarial, com a devida anuência do órgão fiscalizador.

ii. Fundos

O fundo para cobertura de oscilação de riscos do programa previdencial é calculado pelo atuário externo, constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como, para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (aposentadorias).

O fundo do programa assistencial é constituído pela diferença entre receitas e despesas assistenciais.

O fundo do programa administrativo é constituído por sobras do custeio administrativo, adicionado aos rendimentos auferidos na carteira de investimentos, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus, dos planos de benefícios previdenciais e assistenciais.

O fundo do programa de investimentos é constituído por meio da aplicação de percentual, denominado de taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse saldo será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. A utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e depois de cessadas as chances de êxito na recuperação do crédito.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

i. Despesas administrativas

As despesas decorrentes da administração do Instituto e de suas aplicações financeiras são registradas no resultado do programa administrativo.

As despesas administrativas são rateadas adotando-se a grade de relacionamento cliente/fornecedor internos, metodologia utilizada para estabelecer o custo e a respectiva distribuição das atividades meio.

Os percentuais de distribuição são apurados com base em estudo periódico que estabelece, em termos percentuais, os esforços das áreas meio para atendimento as áreas fins, responsáveis diretas pela execução das atividades assistencial, de investimentos e previdenciária.

j. Transferências interprogramas

As transferências de resultados entre os programas foram efetuadas de acordo com o descrito a seguir:

Programa de investimentos

- As receitas mensais dos investimentos (atualizações, juros, ágio, prêmios, dividendos, lucro na venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, prejuízo na venda, deságio, taxa sobre investimentos - FEAS (fixa e variável), taxa sobre empréstimos, taxa sobre renovação de empréstimos etc.), são transferidas para os programas previdencial, administrativo e assistencial.
- As despesas necessárias à administração e ao controle dos investimentos são registradas no programa administrativo e, através de critérios estabelecidos pela Administração, são custeadas pelo programa de investimentos, por meio de “Transferências Interprogramas”.

Programa administrativo

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo e ao custeio das taxas de administração, além dos valores transferidos (interprogramas) dos programas previdencial e assistencial para cobertura das despesas administrativas.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Programa assistencial

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos relativos ao resultado das aplicações do fundo assistencial e co-participação nas despesas do plano de assistência médica.

k. Custeio administrativo

Para cobertura do custeio administrativo do programa previdencial do Grupo C, a Entidade utiliza-se da sobrecarga administrativa estabelecida no Plano Anual de Custeio dos planos de Benefício Definido, que corresponde a 1,80%, sendo 0,90% de responsabilidade dos patrocinadores e o mesmo percentual dividido entre participantes e assistidos, incluso pensionistas, aplicados sobre o Salário Real de Participação para os participantes em atividade e sobre a complementação para os assistidos. O custeio do Plano de Contribuição Variável é realizado através da cobrança de contribuição que varia de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício dos Participantes, sendo o dobro para os participantes autopatrocinados.

4 Composição dos programas

4.1 Programa previdencial

A composição do ativo realizável do programa previdencial está demonstrada como segue:

Programa previdencial

Composição	2009	2008
Recursos a receber	<u>2.593</u>	<u>4.613</u>
Contribuições do mês	1.542	1.839
Contribuições extraordinárias	1.051	2.774
Utilizações futuras	<u>499</u>	<u>530</u>
Adiantamentos diversos	499	530

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Composição	2009	2008
Resultados a realizar (1)	<u>411.444</u>	<u>444.215</u>
Equacionamento do déficit	411.444	444.215
Outros realizáveis	<u>1.247</u>	<u>472</u>
Diversos a realizar	1.247	472

(1) Contabilização - Resultados a realizar

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos de baixo risco de crédito, Notas do Tesouro Nacional - NTN-C, cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento e estão alocados ao plano de benefícios do Regulamento Geral - Grupo C.

Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar em 31 de dezembro de 2009, representam o montante de R\$ 411.444 de receitas futuras, já reconhecidos contabilmente.

A Secretaria de Previdência Complementar - SPC autorizou em 09/06/2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil, como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção dos títulos mantidos até seu respectivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e a implantação do Plano de Contribuição Variável - PREVMAIS.

4.2 Programa administrativo

A composição do ativo realizável do programa administrativo está demonstrada como segue:

Programa administrativo

Composição	2009	2008
Receitas a receber	<u>2.201</u>	<u>2.707</u>
Correntes	2.201	2.707

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Composição	2009	2008
Despesas futuras	<u>759</u>	<u>815</u>
Diversos	759	815
Outros realizáveis	<u>455</u>	<u>450</u>
Diversos a realizar	455	450
	<u>3.415</u>	<u>3.972</u>

4.3 Programa de investimentos

a. Composição do programa de investimentos

i. Títulos de renda fixa e renda variável

		2009		2008	
	Segmento	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A - Títulos para negociação					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	456.845	456.845	448.936	448.936
Títulos públicos (1)	Renda fixa	33.019	33.019	30.306	30.306
Títulos privados	Renda fixa	282.702	282.702	332.412	332.412
Carteira de ações	Renda variável	108.504	108.504	79.903	79.903
Fundos de renda variável	Renda variável	343.035	343.035	126.745	126.745
Fundos de Contingência	Renda fixa	<u>679</u>	<u>679</u>	<u>340</u>	<u>340</u>
		<u>1.224.784</u>	<u>1.224.784</u>	<u>1.018.642</u>	<u>1.018.642</u>
B - Títulos mantidos até o vencimento					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	35.260	35.260	73.730	73.730
Títulos públicos (1)	Renda fixa	1.708.003	2.095.479	1.708.582	2.012.484
Títulos privados	Renda fixa	278.132	278.086	129.874	130.444
Fundos de renda variável	Renda variável	31.536	31.536	17.111	17.111
Fundos de participações	Renda variável	21.422	21.422	14.841	14.841
Outros	Renda fixa	1.329	1.329	1.304	1.304
Outros	Renda variável	<u>1.783</u>	<u>1.783</u>	<u>1.668</u>	<u>1.668</u>
		<u>2.077.465</u>	<u>2.464.895</u>	<u>1.947.110</u>	<u>2.251.582</u>
Total renda fixa		<u>2.795.969</u>	<u>3.183.399</u>	<u>2.725.484</u>	<u>3.029.956</u>
Total renda variável		<u>506.280</u>	<u>506.280</u>	<u>240.268</u>	<u>240.268</u>

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

(1) A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos públicos deve ser analisada em conjunto com a nota nº 4.1 - Resultados a realizar.

ii Investimentos imobiliários

Imobilizado	2008	Adições	Baixas	Depreciações	2009
Terrenos	8.209	-	-	-	8.209
Edificações	10.537	64	-	(249)	10.352
Alienações	1.241	-	(733)	-	508
Fundo Investimento imobiliário	<u>9.924</u>	<u>1.417</u>	<u>(1.692)</u>	<u>-</u>	<u>9.649</u>
	<u>29.911</u>	<u>1.481</u>	<u>(2.425)</u>	<u>(249)</u>	<u>28.718</u>

O Instituto possui imóveis locados ao patrocinador e a terceiros. Durante 2009 os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 2.053 (R\$ 1.981 em 2008).

Em cumprimento à legislação, todos os imóveis existentes na carteira foram reavaliados em julho de 2008, pela empresa Consult Soluções Patrimoniais, resultando em uma reavaliação líquida positiva de R\$ 4.629.

iii Operações com participantes

	2008	Adições	Baixas	2009
Banco Nossa Caixa	70.005	62.973	(58.142)	74.836
Economus	<u>825</u>	<u>735</u>	<u>(728)</u>	<u>832</u>
	<u>70.830</u>	<u>63.708</u>	<u>(58.870)</u>	<u>75.668</u>
Provisão liquidação duvidosa	<u>(57)</u>	<u>308</u>	<u>(411)</u>	<u>(160)</u>
	<u>70.773</u>	<u>64.016</u>	<u>(59.281)</u>	<u>75.508</u>

iv Total dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2009 o custo atualizado por vencimento está distribuído da seguinte forma:

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2009	2008
A vencer em até um ano	331.109	141.518
A vencer entre um e cinco anos	393.091	480.931
A vencer após cinco anos	1.751.319	1.758.340
Sem vencimento	<u>937.298</u>	<u>685.659</u>
	<u>3.412.817</u>	<u>3.066.448</u>

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Citibank como prestador de serviços de custódia e controladoria qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda.

4.4 Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Imobilizado	2008	Adições	Depreciações amortizações	2009
Móveis e utensílios	150	6	(25)	131
Maquinas e equipamentos	700	41	(236)	505
Veículos	34	-	(13)	21
Direito de uso - Telefone	2	-	-	2
Software	<u>329</u>	<u>39</u>	<u>(145)</u>	<u>223</u>
Total	<u>1.215</u>	<u>86</u>	<u>(419)</u>	<u>882</u>

4.5 Exigível contingencial

O Economus tem parte - pólo passivo, em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do exigível contingencial está demonstrada como segue:

	2008	Adições	Atualização	Baixas	2009
Provisões					
Fiscais	119.876	4.930	4.415	2.108	127.113
Trabalhistas	10.003	5.588	717	178	16.130
Cíveis	9.593	-	767	3.018	7.342
Outras	<u>1.639</u>	<u>7</u>	<u>120</u>	<u>-</u>	<u>1.766</u>
Sub total	<u>141.111</u>	<u>10.525</u>	<u>6.019</u>	<u>5.304</u>	<u>152.351</u>
Depósitos					
Fiscais	101.071	4.767	5.683	2.012	109.509
Trabalhistas	9.972	5.633	666	178	16.093
Outros	<u>1.641</u>	<u>7</u>	<u>120</u>	<u>-</u>	<u>1.768</u>
Sub total	112.684	10.407	6.469	2.190	127.370
Total	<u>28.427</u>	<u>118</u>	<u>(450)</u>	<u>3.114</u>	<u>24.981</u>

Fiscais - São compostas basicamente de autos de infração PIS/COFINS e INSS, destacando-se.

- **PIS/COFINS** - Autos lavrados pela Receita Federal, questionando incidência e bases de recolhimento referente aos exercícios de 1996 a 2000. O Economus protocolou por meio de sua assessoria jurídica ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. O processo foi julgado procedente para sua anulação em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Contabilmente estão provisionados em 2009 R\$ 103.049 (em 2008, R\$ 99.638) e depositados judicialmente em 2009 R\$ 89.892 (em 2008, R\$ 84.977).

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

- **INSS** - Autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados a contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente estão provisionados em 2009 R\$ 10.552 (em 2008, R\$ 9.965) e depositados judicialmente em 2009 R\$ 7.647 (em 2008, R\$ 7.105).
- **Mandado de Segurança - PIS/COFINS** - O Economus embasado na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e exclusão das receitas financeiras da base de cálculo. Mandado de Segurança impetrado em 2006 teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente estão provisionados em 2009 R\$ 7.914 (em 2008, R\$ 4.862) e depositados judicialmente em 2009, R\$ 7.684 (em 2008, R\$ 4.699).

Trabalhistas - São compostas por ações trabalhistas dos Grupos A, B e C e acompanhadas por escritórios de advocacia especializados. Contabilmente estão provisionados em 2009 R\$ 16.130 (em 2008, R\$ 10.003) e depositados judicialmente em 2009 R\$ 16.093 (em 2008, R\$ 9.972).

Cível - São compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento em 2009 de R\$ 7.349 e 2008, R\$ 9.593.

Outras - Compostas de ações diversas contingenciais, basicamente dos Grupos A e B, IR beneficiário e seguro de vida. Contabilmente estão provisionados em 2009 R\$ 1.759 (em 2008, R\$ 1.639) e depositados judicialmente em 2009, R\$ 1.768 (em 2008, R\$ 1.641).

4.6 Provisões matemáticas

- a. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 pode ser resumida como segue:

	2008	Constituição no exercício	2009
Provisões matemáticas	3.242.537	175.046	3.417.583
Benefícios concedidos	1.984.115	119.258	2.103.373
Benefícios do plano	1.984.115	119.258	2.103.373

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

	2008	Constituição no exercício	2009
Benefícios a conceder	1.565.313	126.841	1.692.154
Benefícios do plano com a geração atual	1.568.908	126.119	1.695.027
(-) Outras contribuições da geração atual	<u>(3.595)</u>	<u>722</u>	<u>(2.873)</u>
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(306.891)</u>	<u>(71.053)</u>	<u>(377.944)</u>

As provisões matemáticas a constituir estão representadas por R\$ 377.944, referente ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e assistidos, dos quais está sendo descontada Contribuição Extraordinária, que vem sendo efetuada paritariamente desde o saldamento do plano de benefícios do Regulamento Geral (Grupo C).

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Exigível atuarial	<u>3.145.492</u>	<u>11.454</u>	<u>8.043</u>	<u>252.594</u>	<u>3.417.583</u>
Benefícios concedidos	2.046.406	5.308	936	50.723	2.103.373
Benefícios a conceder	1.477.030	6.146	7.107	201.871	1.692.154
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(377.944)</u>	-	-	-	<u>(377.944)</u>
Fundos previdenciais	<u>5.800</u>	<u>5.158</u>	<u>6.351</u>	<u>60.377</u>	<u>77.686</u>
Cobertura de oscilação de riscos	5.800	5.158	6.351	60.377	77.686

O Economus, juntamente com a Gama Consultores Associados - atuários externos, realizou testes estatísticos retrospectivos, abrangendo dados históricos de 1997 a 2007, de todas as premissas demográficas, econômico-financeiras e biométricas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios administrados e custeados pelo Economus.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Com relação à premissa biométrica “Mortalidade Geral” o Economus utilizava a Tábua de Mortalidade IBGE 2006, com decréscimo de 25%. O resultado desse estudo demonstrou a necessidade de aplicação de uma tábua que fosse mais aderente às características da massa de participantes, razão pela qual foi adotada, em dezembro de 2008, a Tábua AT 83, a qual, conforme teste aplicado pela Gama mostrou-se aderente às características da população analisada.

O parecer do atuário externo referente ao exercício findo em 2009, informa em detalhes os planos de benefícios, cuja íntegra será disponibilizada no site do Economus e a síntese impressa entregue aos participantes.

Estudos realizados pela assessoria atuarial externa, constataram que a premissa atuarial que mensura a possibilidade de entrada em invalidez dos participantes do Plano de Benefício Definido - BD, Regulamento Geral, não estava aderente, sendo muito conservadora. A tábua até então utilizada, foi substituída em julho de 2009 pela Zimmer (D26), que irá refletir de forma mais segura a realidade da massa de participantes.

As premissas atuariais do Regulamento Geral, complementar nº 1 e 2 e PREVMAIS estão reproduzidas em detalhes nos quadros abaixo:

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO GERAL, COMPLEMENTAR Nº 01 e nº 02.	
	Hipóteses 2008	Hipóteses 2009
BASES POPULACIONAIS		
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	Levantamento cadastral individual na data da avaliação	Levantamento cadastral individual na data da avaliação
Rotatividade	EX - ECONOMUS	EX - ECONOMUS
Hipótese de Custo de Pensão (Hx)	Hx - Calculado individualmente com base nos Beneficiários de cada participante e Assistido	Hx - Calculado individualmente com base nos Beneficiários de cada participante e Assistido
Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		
Taxa de Juros Técnico Atuarial	6,00% ^{aa}	6,00% ^{aa}
Índice de Atualização dos Benefícios	INPC	INPC
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	Salário Projetado, cf PCS	Salário Projetado, cf PCS
Projeção de Crescimento Real Anual dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Capacidade	0,9783	0,9786
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevida	AT - 83 M	AT-83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de Entrada em Invalidez *	Alvaro Vindas	ZIMMER (D26)
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EX - ECONOMUS I	EX - ECONOMUS I

* A Tábua de Entrada em Invalidez não é aplicável para os Planos Complementares nº 01 e 02.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	PLANO PREVMAS	
	Hipóteses 2008	Hipóteses 2009
BASES POPULACIONAIS		
Informações e dados dos Participantes e Assistidos	Levantamento cadastral individual na data da avaliação	Levantamento cadastral individual na data da avaliação
Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Hipótese de Custo de Pensão (Hx)	Hx - Calculado individualmente com base nos Beneficiários de cada participante e Assistido	Hx - Calculado individualmente com base nos Beneficiários de cada participante e Assistido
Novos Entrados	Não Aplicável	Não Aplicável
BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS		
Taxa de Juros Técnico Atuarial	6,00% ^{aa}	5,00% ^{aa}
Índice de Atualização dos Benefícios	Cotas do Patrimônio/INPC	Cotas do Patrimônio/INPC
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	Salário Projetado, cf PCS	Salário Projetado, cf PCS
Projeção de Crescimento Real Anual dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Capacidade	0,9783	0,9786
HIPÓTESES BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT - 83 M	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 55	MI-85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez *	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EX - ECONOMUS II	EX - ECONOMUS II

4.7 Fundos

A composição dos fundos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 pode ser resumida como segue:

Fundo	2008	Constituições	Reversões	2009
Programa Previdencial	<u>56.534</u>	<u>25.419</u>	(4.267)	<u>77.686</u>
Grupo A	4.111	2.240	-	6.351
Grupo B	4.106	4.926	(3.874)	5.158
Grupo C	1.935	3.865	-	5.800
Prevmas	46.382	14.388	(393)	60.377
Programa Assistencial	<u>261.515</u>	<u>11.384</u>	(144)	<u>272.755</u>
FEAS	261.429	11.384	(144)	272.669
FAC	86			86

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Fundo	2008	Constituições	Reversões	2009
Programa Administrativo	<u>16.137</u>	<u>5.117</u>	<u>(2.105)</u>	<u>19.149</u>
Adm. Previdencial	16.227	4.075	(933)	19.369
Adm. Assistencial	(90)	1.042	(1.172)	(220)
Programa de Investimento	<u>320</u>	<u>293</u>	<u>(28)</u>	<u>585</u>
Empréstimo	<u>320</u>	<u>293</u>	<u>(28)</u>	<u>585</u>
	<u>334.506</u>	<u>42.213</u>	<u>(6.544)</u>	<u>370.175</u>

4.8 Segregação do fundo administrativo assistencial

A Diretoria Executiva aprovou a segregação do fundo administrativo. Os dados que compõem o balancete do programa administrativo estão segregados entre a administração previdencial e administração assistencial. As receitas e despesas são controladas e destinadas nas respectivas atividades.

4.9 Déficit técnico

A composição do déficit técnico durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 pode ser resumida como segue:

(Déficit)/superávit técnico	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	Prevmais	Total
Em 31 de dezembro de 2008	(553.335)	-	-	16.531	(536.804)
Result. Líquido Previdencial	(138.220)	902	703	84.744	(51.871)
Result. Líquido Investimentos	354.934	1.464	1.298	27.172	384.868
Atual. Provisão Matemática	(70.958)	(1.314)	239	(103.013)	(175.046)
Fundo de Oscilação de Risco	(3.865)	(1.052)	(2.240)	(13.995)	(21.152)
Em 31 de dezembro de 2009	(411.444)	-	-	11.439	(400.005)

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

4.10 Transferências interprogramas

A composição dos recursos oriundos dos outros programas para o programa administrativo é a seguinte:

Programa administrativo

Recursos oriundos de outros programas	2009	2008
Programa previdencial	12.143	14.694
Programa assistencial	91	1.285
Programa de investimentos	<u>1.666</u>	<u>1.853</u>
Total	<u>13.900</u>	<u>17.832</u>

5 Outras informações

a. Investimento em controlada - Desmobilização

O Instituto possui investimento na Economus Administradora e Corretora de Seguros Ltda. que, de acordo com determinação legal, conforme disposto na Resolução nº 3.456, de 1º de junho de 2007, revogada pela 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, destaca que citado investimento não pode fazer parte do patrimônio do Instituto. Por deliberação da Diretoria Executiva foi constituída uma comissão interna, com a finalidade específica de avaliar a melhor forma de desmobilização, avaliando riscos, prazos e outros fatores, inclusive com acompanhamento e auxílio de consultoria externa. Finalizados os trabalhos da comissão, decidiu-se pela Liquidação da Corretora, sendo nomeado um liquidante para o acompanhamento de todo o processo. A partir de 31 de dezembro de 2005, cessaram as operações. A documentação comprobatória que evidencia todas as ações realizadas foi encaminhada para acompanhamento da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência Social - MPS.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Em setembro de 2008, auditor do INSS por meio do mandado de procedimento fiscal, baseado no confronto da DIPJ com a GFIP do exercício de 2003, solicitou esclarecimentos a respeito de divergências encontradas. Lavrou autos de infração totalizando R\$ 5.361. A Corretora contratou assessoria jurídica especializada para o processo de defesa, o qual encontra-se na esfera administrativa. Com base nas informações fornecidas pelos assessores jurídicos e a instância em que se encontra o processo, a Diretoria Executiva optou pelo não provisionamento. A Receita Federal do Brasil analisando o processo de defesa solicitou ao auditor arquivos adicionais, os quais foram fornecidos pela Corretora em fevereiro de 2010.

b. Controles internos, ética e governança

Desde agosto de 2009 a Célula de Controles Internos e Riscos e a Consultoria Risk Office tem trabalhado em conjunto na implementação do sistema de Gestão de Riscos no Economus. Este projeto pretende desenvolver solução para identificar, classificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos inerentes ao negócio do Economus. O projeto iniciou-se com o levantamento de todas as atividades do Economus e a associação de riscos nestas atividades. Os gestores estão validando as sugestões de riscos feitas pela Risk Office e o próximo passo será responder o questionário no sistema ICT Net de controles existentes. A conclusão deste projeto está prevista para junho de 2010 com a apresentação do primeiro ciclo de auto-avaliação.

No processo de Gestão de Controles, continuam os trabalhos de acompanhamento dos riscos e planos de ações que visam à implementação e à melhoria de controles internos. O Comitê de Controles Internos e Riscos monitora mensalmente a evolução da Campanha de Atualização Cadastral.

Quanto às atividades relacionadas a *compliance* e ao acompanhamento das obrigações institucionais, no segundo semestre de 2008 o Economus desenvolveu o trabalho de adequação à Instrução SPC nº 26, de 1º de setembro de 2008, buscando atender às orientações e aos procedimentos contidos em legislação para a identificação e o acompanhamento das operações realizadas por Pessoas Politicamente Expostas (PPE). Desde julho de 2009 a Célula de Controles Internos e Riscos tem informado mensalmente ao Comitê sobre os trabalhos de adequação à Instrução 26 - PPE.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

Relativamente aos aspectos de governança, no final do segundo semestre de 2008 foi aprovada a reestruturação do Comitê de Controles Internos e Riscos, que alterou a relação de membros e complementou as funções do comitê.

O sistema de Agenda de Obrigações auxilia os gestores a cumprir as obrigações legais, regulamentares e internas na data estipulada. Hoje as obrigações são monitoradas por um sistema interno desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação, mas a partir de abril de 2010, o controle será realizado pelo ICT Net - Sistema de Controles Internos e Riscos da Risk Office.

c. Programa de parcelamento incentivado - Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura do Município de São Paulo lançou em 2007 o PPI - Programa de Parcelamento Incentivado. O Instituto aderiu ao programa, objetivando verificar junto ao Fisco Municipal pendências existentes a serem regularizadas. Essa adesão também foi benéfica no sentido de se verificar e identificar os depósitos judiciais efetuados com o auxílio da área de Informática do patrocinador, passíveis de serem levantados. Ainda não houve manifestação do Fisco Municipal.

d. Revisão taxa administrativa - Plano assistencial

Visando adequar o reembolso das despesas administrativas decorrentes da operação dos planos de saúde custeados pelo patrocinador o Economus solicitou ao patrocinador reajuste no limite superior da respectiva taxa administrativa. O reajuste foi aprovado em maio de 2009, sendo creditado ao Economus retroativamente a janeiro de 2009. O percentual de 8,22% sobre a folha de pagamento de prestadores credenciados foi mantido, e o valor limite para recebimento da taxa passou de R\$ 759 para R\$ 922.

6 Eventos subsequentes

a. Nova plano de contas contábil

Em 26 de janeiro de 2009 foi editada a Resolução CGPC nº 28, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar a serem adotados a partir de janeiro de 2010.

Economus - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

O Economus como operador de planos de saúde, tem obrigações junto a Agência Nacional de Saúde - ANS. Em atendimento à Instrução Normativa nº 19, de 02 de setembro de 2008, alterada pela Instrução Normativa nº 29, de 19 de junho de 2009, o Economus enviou os Documentos de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Saúde - DIOPS e o fluxos mensais. Foi contratada empresa de auditoria independente para a realização dos trabalhos de validação das informações enviadas a ANS.

b. Custeio das despesas administrativas

Em 31 de agosto de 2009 foi editada a Resolução CGPC nº 29, que dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar a serem adotados a partir de janeiro de 2010, revogando a Resolução CPC nº 1, de 09 de outubro de 1978.

ECONOMUS

AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL DE 2009

PLANO DE
BENEFÍCIOS PREVMAIS
CNPB nº 20.060.034-29

PARECER ATUARIAL 024/10

MARÇO/2010

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios PrevMais**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, tendo como objetivo o dimensionamento do exigível atuarial em 31/12/2009, representado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do plano de custeio para o exercício de 2010.

O **Plano de Benefícios PrevMais**, administrado e executado pelo ECONOMUS, patrocinado pelo Banco Nossa Caixa S.A e pela própria Entidade, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, é um plano estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16¹, de 22 de novembro de 2005. Assim, observamos características de Contribuição Definida (CD) durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, em que o seu valor, quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares, é conhecido, a *posteriori*, a partir da transformação do saldo acumulado ao longo da vida laborativa, **conforme opção do Participante**, poderá obter a característica de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção.

O Plano está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 20.060.034-29, sendo que no exercício de 2007, o Regulamento do Plano obteve aprovação pela então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio da Portaria SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União na mesma data.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 544/09** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base² de 31/12/2009**, sendo esta também a **Data da Avaliação³**, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório Atuarial **GAMA**

¹ “Art. 4º Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.”

² Data Base: Data de referência dos dados.

³ Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

151 – RE 040/10. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano de PrevMais**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2009.

As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009 estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 133/09** e correspondência **GAMA 151 – CT 387/09**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme Ata Nº 356, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e Resolução MPS/CGPC nº 13/04. Para esta avaliação, em comparação com a realizada no primeiro semestre de 2009, foram alteradas as seguintes hipóteses, todas, homologadas pela Entidade:

- a) **Hipótese Biométrica de Mortalidade Geral:** alteração da Tábua Biométrica de Mortalidade Geral, sendo alterada a Tábua AT-83 Male para a **AT 2000 Female**;
- b) **Hipótese Biométrica de Mortalidade de Inválidos:** alteração da Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos, sendo alterada a Tábua IAPB-55 para a **MI-85 Female**;
- c) **Fator de Capacidade:** adoção do fator de capacidade de 0,9786, com o monitoramento constante e periódico; e
- d) **Taxa de Juros Atuarial:** alteração da Taxa de Juros Atuarial de 6,00% a.a. para 5,00% a.a., sendo tal alteração homologada pela Entidade.

As Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC do Plano PrevMais, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas, existentes em 31/12/2009, foram determinadas atuarialmente sendo i) Benefícios de Aposentadoria/Pensão – Montante Financeiro Individual: saldo posicionado em 31 de dezembro de 2009, já consideradas as movimentações devidas na competência do mês e valorizadas pela cota patrimonial do PrevMais, com **PMBC** no valor de **R\$8.058.404,00** (oito milhões, cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais); ii) Benefícios de Aposentadoria - Renda Vitalícia: dado pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até o mês da data de Avaliação, com **PMBC** no valor de **R\$450.734,69** (quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos); e iii) Benefícios de Risco – Pensão e Invalidez: dado pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até o mês da data de

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Avaliação, com **PMBC** no valor de **R\$42.214.130,47** (quarenta e dois milhões, duzentos e quatorze mil, cento e trinta reais e quarenta e sete centavos). Assim, as **PMBC** montam em **R\$50.723.269,16** (cinquenta milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), na data de **31/12/2009**.

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$201.870.771,23** (duzentos e um milhões, oitocentos e setenta mil, setecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos), na data de **31/12/2009**, e foram determinadas pelo método de capitalização atuarial individual. Ainda, as **PMBaC** foram dimensionada com base nas informações individuais dos Participantes, disponibilizados pela Entidade, posicionadas em 31 de dezembro de 2009, já consideradas as movimentações devidas no mês, no que se refere às contribuições, sendo que o valor desta Provisão é dado pela soma dos saldos constantes nos FUNDOS A, B e C, denominado Montante Financeiro Individual, constituídos a favor de cada Participante, representando desta forma, o compromisso líquido do Plano para com os Participantes, acrescido ainda das obrigações com Participantes e Patrocinadoras, conforme informado pela Entidade.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **ECONOMUS** com o **Plano de Benefícios PrevMais**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, através das Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$252.594.040,39** (duzentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta reais e trinta e nove centavos), em **31/12/2009**

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$252.594.040,39** (duzentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quarenta reais e trinta e nove centavos) com o Ativo Líquido do Plano, no montante de **R\$264.032.720,93** (duzentos e sessenta e quatro milhões, trinta e dois mil, setecentos e vinte reais e noventa e três centavos), verifica-se que o **Plano PrevMais** apresentou **Superávit técnico-atuarial acumulado**, de **R\$11.438.680,54** (onze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e quatro centavos), em **31/12/2009**.

Observado, que em 31 de dezembro de 2008 o Plano encontrava-se superavitário em **R\$16.531.275,71** (dezesseis milhões, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), isso nos permite inferir que houve um decréscimo do superávit técnico no decorrer do exercício de 2009. Isso se deve em especial à adoção das medidas concernentes à alteração das premissas biométricas e financeiras para as projeções do plano de benefícios.

Com a publicação da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, em especial o parágrafo único do art. 7º e o art. 8º, foi regulamentada a forma de apuração do resultado e, conseqüentemente, da constituição da Reserva de Contingência e Reserva Especial, dos planos de benefícios administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, fazendo-se necessária a segregação das Provisões Matemáticas referente aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, daqueles estruturados em Contribuição Definida.

Assim, em observância à legislação vigente atinente à matéria, do total do Superávit Técnico de **R\$11.438.680,54** (onze milhões, quatrocentos e trinta e oito mil,

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

seiscentos e oitenta reais e cinquenta e quatro centavos), **R\$10.666.216,29** (dez milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e nove centavos) foi destinado para a formação da Reserva de Contingência, em face deste montante corresponder a **25%** (vinte e cinco por cento) das Provisões [Reservas] Matemáticas estruturadas em Benefício Definido (BD) e, o excedente superavitário, ou seja, **R\$772.464,25** (setecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), destinado à Reserva Especial (Reserva para Ajuste do Plano), sendo este o segundo ano de constituição de Reserva Especial. Ainda, em obediência aos ditames da mencionada Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, sugerimos que a Entidade mantenha controle específico sobre estes valores.

O Plano também mantém registro, na data de **31/12/2009**, de **Fundos Previdenciais** no montante de **R\$60.376.205,12** (sessenta milhões, trezentos e setenta e seis mil, duzentos e cinco reais e doze centavos), os quais foram avaliados atuarialmente em 31/12/2009, em consonância com a Nota Técnica Atuarial e Regulamento vigentes do Plano, bem como legislação previdenciária aplicável à matéria, em especial ao artigo 5ª da Resolução MPS/CGPC nº 26/08, com a respectiva cobertura patrimonial, conforme segue:

Fundos Previdenciais	R\$60.376.205,12
Cobertura de Oscilação de Riscos	R\$58.843.922,01
Fundo de Reversão	R\$ 1.532.283,11

Destacamos que estão descritas na Nota Técnica Atuarial do Plano **Plano PrevMais** informações pormenorizadas acerca da constituição, manutenção e reversão dos referidos Fundos.

Ressaltamos que a Entidade mantém, para o referido Plano, o registro de um Fundo destinado ao **Programa de Investimentos** de **R\$4.384,66** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), posicionado em 31/12/2009, com a respectiva cobertura patrimonial.

Cumpramos destacar que, para fins deste Parecer Atuarial, os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2009, para os quais consideramos que estão contabilizados a valor de mercado e representam fielmente cada um desses itens, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado para as reservas dos benefícios concedidos e a conceder, regidas sob a modalidade de Contribuição Definida - CD, com base nos saldos de contas em cotas e para as reservas dos benefícios concedidos e a conceder, regidas sob a modalidade de Benefício Definido - BD com a taxa de juros técnicos de desconto atuarial de 5,00% a.a..

No que tange a rentabilidade do **Plano PrevMais**, cumpre informar que a partir de 01/07/2009, o plano passou a operar com diferentes tipos de investimentos, considerando a segregação dos investimentos dos recursos garantidores do referido plano em 4 (quatro) grupos, diferenciando-os pelos percentuais a serem aplicados em Renda Fixa ou Renda Variável, quais sejam: Conservador (100% RF), Moderado (85% RF e 15% RV), Agressivo (70% RF e 30%RV) e Super Agressivo (55% RF e 45% RV).

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Em relação à rentabilidade auferida no primeiro semestre de 2009, quando ainda não havia a segmentação da rentabilidade por perfil de investimento, foi adotado que todos os Participantes e Assistidos do Plano tinham a rentabilidade auferida em conformidade com o que hoje é segmentado como Perfil Conservador. Em assim sendo, a **rentabilidade** referente aos benefícios estruturados na modalidade de **Contribuição Definida – CD do Plano PrevMais** auferida no exercício de 2009, calculada pela variação média dos valores das cotas informadas pela Entidade, sendo que a taxa de juros atuarial é a mesma da rentabilidade efetiva do Plano, **não havendo impacto da perda ou ganho de rentabilidade**, uma vez que o mesmo foi integralmente revertido ao saldo das contas mantidos pelo Plano, conforme demonstrado abaixo:

	Rentabilidade Auferida	Meta Atuarial	Ganho/Perda Atuarial
Perfil Conservador	14,074%	11,197%	2,587%
Perfil Moderado*	9,288%	4,316%	4,766%
Perfil Agressivo*	14,100%	4,316%	9,379%
Perfil Super-Agressivo*	19,089%	4,316%	14,161%

*Referente ao período de Julho/2009 a Dezembro/2009

Em relação dos demais recursos que não se encontram atrelados aos Saldos de Contas Individuais, cujos recursos encontram-se aplicados com a mesma carteira de Investimento do Perfil Conservador, totalmente atrelado à Renda Fixa, a rentabilidade auferida no exercício de 2009, representada pela variação patrimonial líquida do Plano, a variação de **14,074%** (quatorze inteiros e setenta e quatro milésimos por cento) foi superior à taxa de juros atuariais ou exigível atuarial do período, que ficou em **11,197%** (onze inteiros e cento e noventa e sete milésimos por cento), composto pelo INPC mais 6,00% ao ano, resultando em um **ganho atuarial de 2,587%** (dois inteiros e quinhentos e oitenta e sete milésimos por cento) **da rentabilidade patrimonial no período**.

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2009, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data da Avaliação Atuarial Anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de 6,240% (seis inteiros e duzentos e quarenta milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano. No que tange aos Benefícios Programados, o Custo do Plano resultou em um percentual de 11,485% (onze inteiros e quatrocentos e oitenta e cinco milésimos por cento), com base nas contribuições vertidas por Participante e Patrocinador para a formação do Montante Financeiro Individual, informações estas constantes da base de dados dos Participantes.

Cumprе ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios.

Isto posto, o Plano de Custeio do Plano até então praticado referente aos Benefícios de Risco mostrou-se equivalente ao Custo apurado na Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2009, provocando **equilíbrio** financeiro no Plano no referido patamar se considerássemos o custeio vigente na Data da Avaliação.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes seriam mantidos nos mesmos patamares e percentuais da Avaliação Atuarial anual de 2008 para o exercício de 2010, com vigência de abril de 2010 até março de 2011, resultando na necessidade de **1,472%** (um inteiro, quatrocentos e setenta e dois milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Diante do exposto, entendemos como adequado a manutenção do Custeio em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados e da administração do Plano, a contar do mês de abril de 2010 até março de 2011, devendo ser mantida esta condição sob análise e verificação nas próximas Avaliações Atuariais a serem processadas no Plano, perfazendo assim, os seguintes critérios e taxas de contribuições a serem observados no **Plano de Custeio do Plano Prevmais**:

- I) Participantes:
 - a) Contribuições Normais: O Participante efetuará Contribuição Normal de Participante, destinada a formação do Montante Financeiro Individual, é determinada pela aplicação de um percentual inteiro livremente escolhido pelo Participante, entre 2% (dois por cento) e 8% (oito por cento), sobre o salário de benefício, e serão efetuadas 12 (doze) vezes ao ano, com contribuição dobrada no mês de dezembro.
 - b) Contribuições Adicionais: O Participante poderá optar por verter Contribuições Adicionais ao Plano, desde que efetue as Contribuições Normais, observado as condições fixadas pelo Regulamento do Plano e conselho Deliberativo da Entidade.
 - c) Contribuições Coletivas: Os Participantes efetuarão Contribuição Coletiva para o **Plano Prevmais** destinada ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor será estabelecido no Plano de Custeio. A parcela da Contribuição Coletiva relativa ao financiamento dos Benefícios de Risco será determinada levando em conta a faixa salarial dos Participantes, ou outro critério definido pelo Conselho Deliberativo, conforme detalhamento do constante do Plano de Custeio, o qual replicamos a seguir:

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Custeio de Risco	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,27%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,98%
De 3.000,01 a 3.500,00	1,68%
De 3.500,01 a 4.000,00	2,22%
De 4.000,01 a 5.000,00	2,68%
De 5.000,01 a 6.000,00	3,18%
De 6.000,01 a 7.000,00	3,54%
De 7.000,01 a 8.000,00	3,77%
De 8.000,01 a 10.000,00	4,03%
De 10.000,01 a 12.000,00	4,28%
De 12.000,01 a 6 PPE	4,54%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

Custeio administrativo	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,15%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
De 10.000,01 a 6 PPE	0,94%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS.

II) Participantes Autopatrocinados:

- a) Contribuições Normais: O Participante Autopatrocinado efetuará Contribuição Normal de Participante, destinada a formação do Montante Financeiro Individual, é determinada pela aplicação de um percentual inteiro livremente escolhido pelo Participante, entre 2% (dois por cento) e 8% (oito por cento), sobre o salário de benefício, acrescido da parcela da Patrocinadora, e serão efetuadas 12 (doze) vezes ao ano, com contribuição dobrada no mês de dezembro.
- b) Contribuições Coletivas: Os Participantes Autopatrocinados efetuarão Contribuição Coletiva para o **Plano PrevMais** destinada ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor será estabelecido no Plano de Custeio. A parcela da Contribuição Coletiva relativa ao financiamento dos Benefícios de Risco será determinada levando em conta a faixa salarial dos Participantes, ou outro critério definido pelo Conselho Deliberativo, conforme detalhamento do constante do Plano de Custeio, o qual replicamos a seguir:

Custeio de Risco	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,54%
De 2.500,01 a 3.000,00	1,96%
De 3.000,01 a 3.500,00	3,36%
De 3.500,01 a 4.000,00	4,44%
De 4.000,01 a 5.000,00	5,36%
De 5.000,01 a 6.000,00	6,36%

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Custeio de Risco	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
De 6.000,01 a 7.000,00	7,08%
De 7.000,01 a 8.000,00	7,54%
De 8.000,01 a 10.000,00	8,06%
De 10.000,01 a 12.000,00	8,56%
De 12.000,01 a 6 PPE	9,08%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS

Custeio administrativo	
Salário de Benefício (em R\$)	% Sobre o salário de benefício
Até 2.500,00	0,30%
De 2.500,01 a 3.000,00	0,60%
De 3.000,01 a 3.500,00	0,90%
De 3.500,01 a 4.000,00	1,10%
De 4.000,01 a 5.000,00	1,30%
De 5.000,01 a 6.000,00	1,60%
De 6.000,01 a 7.000,00	1,70%
De 7.000,01 a 10.000,00	1,80%
De 10.000,01 a 6 PPE	1,88%

Onde: PPE - corresponde ao Padrão Previdenciário ECONOMUS.

III) Participantes em BPD:

- a) Contribuições Coletivas: Os Participantes optantes pelo Benefício proporcional diferido efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a 0,9% (nove décimos por cento) do valor mensal do Benefício proporcional Diferido.

IV) Aposentados Inválidos:

- a) Contribuições Normais: O Aposentado Inválido efetuará Contribuição Normal correspondente a 4,1% (quatro inteiros e um décimo por cento) do benefício mensal de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez.
- b) Contribuições Coletivas: Os Aposentados Inválidos efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a 0,9% (nove décimos por cento) do benefício mensal de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez.

V) Aposentados Válidos:

- a) Contribuições Coletivas: Os Aposentados Válidos efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a 0,9% (nove décimos por cento) do benefício mensal de Aposentadoria Programada.

VI) Pensionistas:

- a) Contribuições Coletivas: Os pensionistas efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinada à cobertura de Despesas Administrativas, cujo valor corresponderá a 0,9% (nove décimos por cento) do benefício mensal de Suplementação de Pensão.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

VII) Patrocinadoras:

- a) Contribuições Normais: As Patrocinadoras efetuarão Contribuições Normais, de periodicidade mensal, paritariamente as Contribuições Normais vertidas pelos Participantes, exceto Autopatrocinados.
- b) Contribuições Coletivas: As Patrocinadoras efetuarão Contribuição Coletiva para o Plano PrevMais destinadas ao financiamento dos Benefícios de Risco e à cobertura de Despesas Administrativas, paritariamente as Contribuições Coletivas vertidas pelos Participantes, exceto Autopatrocinados, e Assistidos.

Conclui-se, ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômico-actuarial do **Plano PrevMais**, em 31/12/2009, encontra-se superavitária, plenamente admitida conforme dispõe o artigo 20 da Lei Complementar nº 109/01, quando da confrontação das obrigações anteriormente expostas, com o Ativo Líquido destinado ao Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 12 de março de 2010.



ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
SÓCIO-DIRETOR

ECONOMUS

AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL DE 2009

PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº1 CNPB: 19.780.002-19

PARECER ATUARIAL 025/10

MARÇO/2010

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 109, ambas de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, tendo como objetivo o dimensionamento do exigível atuarial em 31/12/2009, representado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do plano de custeio para o exercício de 2010.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Cabe ressaltar que aos Participantes do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, admitidos originariamente pelo regime da CLT até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nºs 1.386/51 e 4.819/58, ou aos seus dependentes, independentemente de qualquer contribuição, são devidos os seguintes benefícios:

- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Complementação de Aposentadoria por Idade
- Complementação de Aposentadoria por Invalidez; e,
- Complementação de Pensão por Morte.

O custeio dos benefícios supracitados é de responsabilidade da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do decreto nº 33.754, de 09 de Setembro de 1991, conforme Regulamento do Plano.

Os demais benefícios, relacionados abaixo, assegurados no Plano, serão custeados por Participantes, Assistidos e Patrocinadora, conforme Plano Anual de Custeio:

- Complementação de Auxílio–Reclusão;
- Complementação de Auxílio–Doença;
- Pecúlio por Morte; e,
- Pecúlio por Invalidez.

Adicionalmente, e em face do ECONOMUS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 544/09** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2009, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios,

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base¹ de 31/12/2009**, sendo esta também a **Data da Avaliação²**, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório Atuarial **GAMA 151 – RE 041/10**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2009, sendo que o Plano não mantém passivo contratado a amortizar nem Provisões a Constituir.

As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009 estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 133/09** e correspondência **GAMA 151 – CT 387/09**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme Ata Nº 356, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e Resolução MPS/CGPC nº 13/04. Para esta avaliação, em comparação com a realizada no primeiro semestre de 2009, foram alteradas as seguintes hipóteses:

- a) **Fator de Capacidade**: Com base no teste realizado, foi indicada a adoção do fator de capacidade de **0,9787**, com o monitoramento constante e periódico, sendo a utilização de tal hipótese para fins de Avaliação Atuarial anual de 2009, homologada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, existente em 31/12/2009, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios, pelo método prospectivo, sendo aplicados sobre estes valores os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até a data de Avaliação, em consonância com a Nota Técnica Atuarial. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2009, em **R\$5.308.118,72** (cinco milhões, trezentos e oito mil, cento e dezoito reais e setenta e dois centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$6.145.842,50** (seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), na data de 31/12/2009, fixadas com base nos montantes pertinentes aos valores de Resgates do Plano, a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no Plano,

¹ Data Base: Data de referência dos dados.

² Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

destacada para o mês de referência dezembro de 2009, conforme informações disponibilizadas pela Entidade.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, representadas pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$11.453.961,22** (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos) em 31/12/2009.

Também registramos que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** deverá manter o **Fundo Previdencial de R\$5.158.817,23** (cinco milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e dezessete reais e vinte e três centavos), os quais foram avaliados atuarialmente para 31/12/2009, sendo este valor referente ao Fundo de Oscilação de Riscos que é constituídos atuarialmente, para atender ao Programa Previdencial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1**, destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas no Plano. Cumpre ressaltar, que no mês de março de 2009 ocorreu a suspensão de 5 (cinco) benefícios do Plano, ocasionando diminuição nas Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC no valor de R\$2.884.296,26 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos), sendo o referido valor provisionado no Fundo de Oscilação de Riscos. Entretanto, 3 (três) meses depois, em atendimento a ordem judicial, esses Benefícios bem como o respectivo Fundo de Oscilação de Risco, foram restabelecidos.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas de **R\$11.453.961,22** (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos) com os valores do Ativo Líquido do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1**, em 31/12/2009, no montante de **R\$11.453.961,22** (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos), verifica-se que as mesmas estão integralmente cobertas e, em decorrência, denota-se o pleno equilíbrio técnico-atuarial do Plano.

Cumpre destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual, os valores de patrimônios e ativos de investimentos do Plano utilizados foram os informados pela Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1** auferida no exercício de 2009, no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, foi de **10,156%** (dez inteiros e cento e cinquenta e seis milésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno – TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a taxa de juros atuariais ou exigível atuarial do período ficou em **10,361%** (dez inteiros e trezentos e sessenta e um milésimos por cento), composto pelo INPC mais 6,00% ao ano, resultando em **perda atuarial ao Plano de 0,185% (cento e oitenta e cinco milésimos por cento) da rentabilidade patrimonial no período.**

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2009, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de **1,329%** (um inteiro e trezentos e vinte e nove milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Cumprе ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando percepção, uma vez observado o grau de maturidade do Plano.

Isto posto, o Plano de Custeio do Plano até então praticado referente aos Benefícios de Risco mostrou-se suficiente frente ao Custo apurado na Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2009, concluindo-se pelo **equilíbrio** financeiro no Plano de Custeio proposto.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes seriam mantidos nos mesmos patamares e percentuais da Avaliação Atuarial de 2008 para o exercício de 2010, com vigência de abril de 2010 até março de 2011, resultando na necessidade de **0,241%** (duzentos e quarenta e um centésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Diante do exposto, entendemos como adequado nesta Avaliação Atuarial a manutenção do custeio vigente em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados e da administração do Plano, a contar do mês de abril de 2010 até março de 2011, devendo ser mantida esta condição sob análise e verificação nas próximas Avaliações Atuariais a serem processadas no Plano, perfazendo assim, os seguintes critérios e taxas de contribuições a serem observados no **Plano de Custeio do Plano Complementar N°1**:

I) Participantes:

a) Contribuições Normais correspondentes a 1,00% sobre o salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 0,88% da folha de salários dos participantes; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,12% da folha de salários real de participação.

II) Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo:

a) Contribuições Normais correspondentes a 1,00% sobre o salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 0,88% da folha de salários dos participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,12% da folha de salários real de participação.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

III) Aposentados:

a) Contribuições Normais correspondentes a 5,00% sobre o valor de benefício, mensal da complementação de Aposentadoria recebida pelo ECONOMUS, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 4,88% do valor de benefício da complementação da Aposentadoria; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,12% do valor do benefício mensal da Complementação da Aposentadoria.

IV) Pensionistas:

a) Contribuições Normais correspondentes a 0,120% sobre o valor de benefício mensal da complementação de Pensão por Morte, recebido pelo ECONOMUS, referente ao custeio administrativo.

V) Patrocinadora:

a) Contribuições Normais correspondentes a 0,55% sobre a folha de salário de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 0,43% da folha de salários de benefícios; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela da Patrocinadora, correspondentes a 0,12% da folha de salários de benefícios.

O Custo do Plano e o respectivo Plano de Custeio avaliado e apresentado neste Relatório, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, tende a manter-se **crecente** ao longo do tempo, em face do envelhecimento natural da massa de Assistidos e Participantes.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômica-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°1**, em 31/12/2009, estava equilibrada, quando da confrontação das obrigações anteriormente expostas, com o Ativo Líquido destinado ao Plano.

Este é o Parecer.



ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

Brasília, 10 de março de 2010.

ECONOMUS

AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL DE 2009

PLANO DE
BENEFÍCIOS DO
REGULAMENTO
COMPLEMENTAR Nº 2
CNPB: 19.780.003-83

PARECER ATUARIAL 026/10

MARÇO/2010

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, tendo como objetivo o dimensionamento do exigível atuarial em 31/12/2009, representado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do plano de custeio para o exercício de 2010.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Cabe ressaltar que aos Participantes do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, o ECONOMUS concederá os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade
- Aposentadoria por Invalidez; e,
- Pensão por Morte.

No que tange ao custeio dos benefícios supracitados, é de responsabilidade da Fazenda do Estado do São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93 conforme Regulamento do Plano.

A atual massa de participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo plano em comento. De forma que, dentre os benefícios dispostos no Regulamento, o único em que a massa remanescente enquadra-se é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Social e, conseqüentemente, pelo ECONOMUS, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 544/09** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2009, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base¹ de 31/12/2009**, sendo esta também a **Data da Avaliação²**, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório Atuarial **GAMA 151 – RE 042/10**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano Complementar Nº 2**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2009, sendo que o Plano não mantém passivo contratado a amortizar nem Provisões a Constituir.

As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009 estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 133/09** e correspondência **GAMA 151 – CT 387/09**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme Ata Nº 356, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e Resolução MPS/CGPC nº 13/04. Para esta avaliação, em comparação com a realizada no primeiro semestre de 2009, foram alteradas as seguintes hipóteses:

- a) **Fator de Capacidade:** Com base no teste realizado, foi indicada a adoção do fator de capacidade de 0,9787, com o monitoramento constante e periódico, sendo a utilização de tal hipótese para fins de Avaliação Atuarial anual de 2009, homologada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, existentes em 31/12/2009, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores

¹ Data Base: Data de referência dos dados.

² Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até à data de Avaliação. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2009, em **R\$935.675,78** (novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta oito centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$7.107.236,00** (sete milhões, cento e sete mil e duzentos e trinta e seis reais), na data de 31/12/2009, fixadas com base nos montantes pertinentes aos valores de Resgates do Plano, a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no Plano, destacada para o mês de referência dezembro de 2009, conforme informações disponibilizadas pela Entidade.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, representadas pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos) em 31/12/2009.

Também registramos que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2** deverá manter o **Fundo Previdencial de R\$6.350.704,30** (seis milhões, trezentos e cinquenta mil, setecentos e quatro reais e trinta centavos), os quais foram avaliados atuarialmente para 31/12/2009 com a respectiva cobertura patrimonial, sendo este valor referente ao Fundo de Oscilação de Riscos que é constituídos atuarialmente, para atender ao Programa Previdencial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n° 2**, destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas no Plano.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos), com os valores do Ativo Líquido do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, em 31 de dezembro de 2009, no montante de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos), verifica-se que as mesmas estão integralmente cobertas e, em decorrência, denota-se o pleno equilíbrio atuarial do Plano.

Cumpramos destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual, os valores de patrimônios e ativos de investimentos do Plano utilizados foram os informados pela Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n° 2**, auferida no exercício de 2009, no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, foi de **10,109%** (dez inteiros e cento e nove milésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno – TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a taxa de juros atuariais ou exigível atuarial do período ficou em **10,361%** (dez inteiros e trezentos e sessenta e um milésimos por cento), composto pelo INPC mais 6,00% ao ano, resultando em **perda atuarial ao Plano de 0,228%** (duzentos e vinte e oito milésimos por cento) **da rentabilidade patrimonial no período**.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2009, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de **1,283%** (um inteiro e duzentos e oitenta e três milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Cumprе ressaltar, na qualidade de responsável técnico-atuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, principalmente, no que tange a este se encontrar em regime de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando percepção, uma vez observado o grau de maturidade do Plano.

Isto posto, o Plano de Custeio do Plano até então praticado referente aos Benefícios de Risco mostrou-se superior ao Custo apurado na Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2009, no patamar de **1,007%** (um inteiro e sete milésimos por cento) da folha de salário de participação, o que representa o montante de **R\$ 1.194.536,86** (um milhão, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos), provocando **suficiência** financeira no Plano no referido patamar se considerássemos o custeio vigente na Data da Avaliação.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes seriam mantidos nos mesmos patamares e percentuais da Avaliação Atuarial de 2008 para o exercício de 2010, com vigência de abril de 2010 até março de 2011, resultando na necessidade de 0,411% (quatrocentos e onze milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Diante do exposto, entendemos como adequado a redução do Custeio em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados e da administração do Plano, a contar do mês de abril de 2010 até março de 2011, devendo ser mantida esta condição sob análise e verificação nas próximas Avaliações Atuariais a serem processadas no Plano, perfazendo assim, os seguintes critérios e taxas de contribuições a serem observados no **Plano de Custeio do Plano Complementar Nº2**:

I) Participantes em percepção de benefícios pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

a) Contribuições Normais correspondentes a 1,693% do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 1,283% do salário real de participação ; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,41% do salário real de participação.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

II) Pensionistas:

a) Contribuição mensal correspondente a 0,410% do valor da complementação recebida do ECONOMUS, referente ao custeio administrativo.

III) Patrocinadora:

Não vertem contribuições ao Plano.

O Custo do Plano e o respectivo Plano de custeio avaliado e apresentado neste Relatório, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, considerando a manutenção do Plano em regime de extinção, ou seja fechado a novas inscrições, tende a manter-se **crecente** ao longo do tempo, em face do envelhecimento natural da massa de Assistidos e Participantes.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômica-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, em 31/12/2009, estava equilibrada, quando da confrontação das obrigações anteriormente expostas, com o Ativo Líquido destinado ao Plano.

Este é o Parecer.



Brasília, 10 de março de 2010.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE

ECONOMUS

AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL DE 2009

PLANO DE
BENEFÍCIOS DO
REGULAMENTO
COMPLEMENTAR Nº 2
CNPB: 19.780.003-83

PARECER ATUARIAL 026/10

MARÇO/2010

PARECER ATUARIAL

Atendendo as disposições da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, tendo como objetivo o dimensionamento do exigível atuarial em 31/12/2009, representado pelas Provisões [Reservas] Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do plano de custeio para o exercício de 2010.

O **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº2**, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Cabe ressaltar que aos Participantes do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, o ECONOMUS concederá os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade
- Aposentadoria por Invalidez; e,
- Pensão por Morte.

No que tange ao custeio dos benefícios supracitados, é de responsabilidade da Fazenda do Estado do São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93 conforme Regulamento do Plano.

A atual massa de participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo plano em comento. De forma que, dentre os benefícios dispostos no Regulamento, o único em que a massa remanescente enquadra-se é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

Social e, conseqüentemente, pelo ECONOMUS, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **GAMA 151 - CT 544/09** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2009, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2009, com base nos dados cadastrais e financeiros individualizados dos Participantes e Assistidos, bem como nas informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pela Entidade na **Data Base¹ de 31/12/2009**, sendo esta também a **Data da Avaliação²**, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório Atuarial **GAMA 151 – RE 042/10**. Os dados individuais dos Participantes e Assistidos, utilizados na Avaliação Atuarial, depois do processamento de análises de inconsistências, foram considerados como suficientes e exatos não necessitando de ajustes para os fins da Avaliação Atuarial anual do Plano.

A Avaliação Atuarial anual foi processada com base no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do **Plano Complementar Nº 2**, vigentes na Data da Avaliação, não tendo ocorrido alterações regulamentares no decorrer do exercício de 2009, sendo que o Plano não mantém passivo contratado a amortizar nem Provisões a Constituir.

As hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2009 estão formuladas em função da massa avaliada, considerando os testes de aderência de hipóteses biométricas, demográficas e econômico-financeiras executados no mesmo exercício, sendo os resultados formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 151 - RE 133/09** e correspondência **GAMA 151 – CT 387/09**. As hipóteses e os métodos atuariais foram formalmente homologados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme Ata Nº 356, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e Resolução MPS/CGPC nº 13/04. Para esta avaliação, em comparação com a realizada no primeiro semestre de 2009, foram alteradas as seguintes hipóteses:

- a) **Fator de Capacidade:** Com base no teste realizado, foi indicada a adoção do fator de capacidade de 0,9787, com o monitoramento constante e periódico, sendo a utilização de tal hipótese para fins de Avaliação Atuarial anual de 2009, homologada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos, incluindo os Pensionistas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2**, existentes em 31/12/2009, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos Benefícios Concedidos para o mês de referência, sendo aplicados sobre estes valores

¹ Data Base: Data de referência dos dados.

² Data da Avaliação: Data a que os resultados da avaliação atuarial se referem.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

os efeitos inflacionários do último reajuste dos benefícios, até à data de Avaliação. Assim, as **PMBC** montam, em 31/12/2009, em **R\$935.675,78** (novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta oito centavos).

Já as **Provisões [Reservas] Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC** foram avaliadas em **R\$7.107.236,00** (sete milhões, cento e sete mil e duzentos e trinta e seis reais), na data de 31/12/2009, fixadas com base nos montantes pertinentes aos valores de Resgates do Plano, a que todos os Participantes teriam direito, caso cancelassem a inscrição no Plano, destacada para o mês de referência dezembro de 2009, conforme informações disponibilizadas pela Entidade.

Desta forma, certificamos os valores acumulados das obrigações passivas do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, para com os Participantes e Assistidos do Plano, representadas pelas Provisões [Reservas] Matemáticas, no montante total de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos) em 31/12/2009.

Também registramos que o **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2** deverá manter o **Fundo Previdencial de R\$6.350.704,30** (seis milhões, trezentos e cinquenta mil, setecentos e quatro reais e trinta centavos), os quais foram avaliados atuarialmente para 31/12/2009 com a respectiva cobertura patrimonial, sendo este valor referente ao Fundo de Oscilação de Riscos que é constituídos atuarialmente, para atender ao Programa Previdencial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n° 2**, destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas no Plano.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões [Reservas] Matemáticas de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos), com os valores do Ativo Líquido do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, em 31 de dezembro de 2009, no montante de **R\$8.042.911,78** (oito milhões, quarenta e dois mil, novecentos e onze reais e setenta oito centavos), verifica-se que as mesmas estão integralmente cobertas e, em decorrência, denota-se o pleno equilíbrio atuarial do Plano.

Cumprir destacar que, para fins desta Avaliação Atuarial anual, os valores de patrimônios e ativos de investimentos do Plano utilizados foram os informados pela Entidade, bem como consideramos que o passivo atuarial ora avaliado está fixado com base na taxa de juros técnicos de desconto financeiro de 6,00% ao ano.

A rentabilidade do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar n° 2**, auferida no exercício de 2009, no período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, foi de **10,109%** (dez inteiros e cento e nove milésimos por cento), calculada pela Taxa Interna de Retorno – TIR, da variação patrimonial líquida do Plano, sendo que a taxa de juros atuariais ou exigível atuarial do período ficou em **10,361%** (dez inteiros e trezentos e sessenta e um milésimos por cento), composto pelo INPC mais 6,00% ao ano, resultando em **perda atuarial ao Plano de 0,228%** (duzentos e vinte e oito milésimos por cento) **da rentabilidade patrimonial no período.**

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

O Custo do Plano, calculado em 31/12/2009, pertinente aos benefícios de risco, foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, conforme previsto na Nota Técnica Atuarial do Plano, baseado na observação estatística de eventos cobertos e assegurados pelo Plano, ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à Data da Avaliação Atuarial anual, sendo o resultado deste estudo a verificação da necessidade de **1,283%** (um inteiro e duzentos e oitenta e três milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Cumpra ressaltar, na qualidade de responsável técnico-actuarial pelo Plano em tela, a importância de a Entidade avaliar a possibilidade e promover estudos visando à alteração dos Regimes Financeiros atualmente adotados nos Benefícios de Risco assegurados pelo Plano, os quais se encontram atualmente atrelados à Regime Simples e Repartição de Capitais por Cobertura, para o Regime de Capitalização, tendo em vista as características do Plano, principalmente, no que tange a este se encontrar em regime de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, de forma a mitigar riscos inerentes a não constituição de reserva técnica para suportar esses benefícios, quando percepção, uma vez observado o grau de maturidade do Plano.

Isto posto, o Plano de Custeio do Plano até então praticado referente aos Benefícios de Risco mostrou-se superior ao Custo apurado na Avaliação Atuarial anual, posicionada em 31/12/2009, no patamar de **1,007%** (um inteiro e sete milésimos por cento) da folha de salário de participação, o que representa o montante de **R\$ 1.194.536,86** (um milhão, cento e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos), provocando **suficiência** financeira no Plano no referido patamar se considerássemos o custeio vigente na Data da Avaliação.

No que tange ao Custo e Custeio administrativo, conforme deliberação da Entidade e respectivo Plano de Gestão Administrativa - PGA, estes seriam mantidos nos mesmos patamares e percentuais da Avaliação Atuarial de 2008 para o exercício de 2010, com vigência de abril de 2010 até março de 2011, resultando na necessidade de 0,411% (quatrocentos e onze milésimos por cento) sobre a folha anual de salário de participação dos Participantes do Plano.

Diante do exposto, entendemos como adequado a redução do Custeio em atendimento ao Custo dos benefícios assegurados e da administração do Plano, a contar do mês de abril de 2010 até março de 2011, devendo ser mantida esta condição sob análise e verificação nas próximas Avaliações Atuariais a serem processadas no Plano, perfazendo assim, os seguintes critérios e taxas de contribuições a serem observados no **Plano de Custeio do Plano Complementar Nº2**:

I) Participantes em percepção de benefícios pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

a) Contribuições Normais correspondentes a 1,693% do salário real de participação, sendo distribuídas da seguinte forma: i) contribuições para custear os Benefícios de Risco, correspondentes a 1,283% do salário real de participação ; ii) contribuições destinadas ao custeio administrativo referente à parcela de Participante, correspondentes a 0,41% do salário real de participação.

GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS

II) Pensionistas:

a) Contribuição mensal correspondente a 0,410% do valor da complementação recebida do ECONOMUS, referente ao custeio administrativo.

III) Patrocinadora:

Não vertem contribuições ao Plano.

O Custo do Plano e o respectivo Plano de custeio avaliado e apresentado neste Relatório, em conformidade com os regimes e métodos atuariais e demais informações, considerando a manutenção do Plano em regime de extinção, ou seja fechado a novas inscrições, tende a manter-se **crecente** ao longo do tempo, em face do envelhecimento natural da massa de Assistidos e Participantes.

Conclui-se, ante todo o exposto, que a situação econômica-atuarial do **Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2**, em 31/12/2009, estava equilibrada, quando da confrontação das obrigações anteriormente expostas, com o Ativo Líquido destinado ao Plano.

Este é o Parecer.



Brasília, 10 de março de 2010.

ANTONIO FERNANDO GAZZONI
Atuário MIBA 851 – MTb/RJ
DIRETOR-PRESIDENTE



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Economus - Instituto de Seguridade Social, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2009, e pautados nos pareceres da KPMG Auditores Independentes e da Gama Consultores Associados, sendo que a determinação do exigível atuarial é exclusivamente de sua responsabilidade, são de opinião que as referidas peças contábeis espelham a situação contábil e patrimonial da Entidade naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidas à consideração do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 29 de março de 2010.

Membros: EDSON SOARES DE SIQUEIRA , FRANCISCO VIANNA DE O. JÚNIOR, JOSÉ ROBERTO M. DO AMARAL

Presidente: ADRIANA PIZARRO C. VICENTE

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Economus - Instituto de Seguridade Social, no uso da competência de que trata o inciso XIII, do artigo 21 do Estatuto da Entidade, examinaram o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos Financeiros, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e pautados nos pareceres da KPMG Auditores Independentes, Gama Consultores Associados e do Conselho Fiscal do Instituto, concluíram que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação contábil e patrimonial da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprovam o referido Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis e de Resultados do exercício de 2009.

São Paulo, 29 de março de 2010.

Membros: ANTONIO AMOS MASTRANGI, CARLOS ALBERTO COSTA FRAGA, DEJAIR BESSON, ITAMAR DE SOUZA MENEZES
JOSÉ CAETANO DE A. MINCHILLO

Presidente: SÉRGIO IUNES BRITO